



O QUE O ENTUSIASMO NÃO RESOLVE

OS PILARES QUE MANTÊM UMA EMPRESA VIVA APÓS OS CINCO ANOS

[▶▶ Leia na página 16](#)

Inadimplência empresarial bate recorde em 2025 e atinge 8,9 milhões de empresas no Brasil

Alta no número de CNPJs negativados amplia risco de efeito dominó na cadeia produtiva

O Brasil encerrou novembro de 2025 com 8,9 milhões de empresas inadimplentes, segundo o Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian. O volume é o maior da série histórica e soma R\$ 210,8 bilhões em dívidas acumuladas. O avanço dos CNPJs negativados pressiona capital de giro, restringe acesso ao crédito e amplia o risco de paralisação na cadeia produtiva, especialmente entre micro e pequenas empresas que dependem do fluxo mensal para manter a operação.

Patrícia Maia, especialista em recuperação de ativos, sócia do Barbosa Maia Advogados, escritório especializado em recuperação de ativos para o mercado de recebíveis, afirma que o crescimento da inadimplência exige resposta jurídica imediata. “A empresa que demora a agir perde força de cobrança, pode deixar prescrever o crédito e, em muitos casos, perde a chance de localizar patrimônio do devedor. O tempo favorece quem deve, não quem cobra”, diz.

A advogada, com mais de 19 anos de atuação em operações financeiras e recuperação judicial, explica que o impacto do atraso vai além da relação entre credor e devedor. Quando o recebimento não ocorre, o caixa encolhe, fornecedores deixam de ser pagos, limites bancários são reduzidos e investimentos são suspensos. “O crédito não recuperado vira efeito dominó. Uma dívida não paga pode comprometer toda a estrutura financeira da empresa”, afirma.

Dados da própria Serasa mostram que o crescimento da inadimplência empresarial ocorre de forma disseminada entre setores e portes, com maior concentração no comércio e em serviços. O aumento dos pedidos de recuperação judicial no país



Patrícia Maia

“A empresa que demora a agir perde força de cobrança, pode deixar prescrever o crédito e, em muitos casos, perde a chance de localizar patrimônio do devedor.”

também reflete o ambiente de restrição financeira.

Para Patrícia, a reação tardia é um dos principais fatores de perda definitiva do crédito. “Existe prazo legal para executar uma dívida. Se a empresa não acompanha, o direito pode prescrever. Além disso, garantias podem ser diluídas ou transferidas”, alerta.

A especialista aponta cinco medidas para reduzir perdas e proteger o caixa diante da inadimplência recorde

Com a inadimplência em patamar recorde, a resposta jurídica precisa ser rápida e estruturada. Para reduzir perdas e proteger o caixa, a especialista aponta cinco medidas práticas que devem entrar na rotina da empresa.

- **Diagnóstico da carteira**
Mapear valores, prazos, contratos e garantias permite priorizar créditos com maior probabilidade de recuperação e definir estratégia adequada para cada caso.
- **Notificação formal imediata**
A comunicação extrajudicial documentada comprova tentativa de cobrança, interrompe inércia e fortalece eventual execução judicial.
- **Investigação patrimonial**
Ferramentas legais de rastreamento ajudam a identificar bens e ativos financeiros que possam garantir o pagamento da dívida.
- **Negociação estruturada**
Acordos devem prever reforço de garantia, cláusula de vencimento antecipado e mecanismos de controle para evitar novo inadimplemento.
- **Acompanhamento processual contínuo**
Monitorar prazos evita prescrição e aumenta as chances de bloqueio judicial de valores e bens.

Segundo a especialista, empresas que estruturam política permanente de cobrança reduzem impacto no capital de giro e preservam relações comerciais. “Não se trata de litigar por padrão, mas de agir com método. Quando o jurídico atua junto ao financeiro, o risco é calculado e a recuperação se torna mais eficiente”, afirma.

Na hora de contratar um escritório especializado, a recomendação é avaliar experiência em recuperação judicial, conhecimento em operações financeiras e capacidade de atuação tanto extrajudicial quanto judicial. “Transparência na prestação de contas e relatórios periódicos também devem integrar o contrato. “Recuperação de crédito exige técnica, agilidade e estratégia. Quem atua cedo preserva caixa e protege a empresa de um prejuízo estrutural”, conclui.

Empresas operam no limite e expõem fragilidade de competitividade

Alta de falências e margens pressionadas mostram que falta de estrutura de gestão segue como um dos principais fatores de perda de competitividade no Brasil. ▶▶

A encruzilhada do lucro presumido: benefício ou direito?

A Reforma Tributária, formalizada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, nasceu com a promessa de simplificar o emaranhado de normas que, historicamente, sufoca o empreendedor brasileiro. ▶▶

A IA está redefinindo a gestão de custos nas empresas

A indústria de software vive uma transição relevante em seus modelos de negócio. ▶▶

Dados não integrados: o maior vazamento de dinheiro das empresas

Enquanto a maioria das empresas discute inteligência artificial, automação e transformação digital, um problema muito mais básico ameaça “silenciosamente” o caixa de boa parte delas: dados que não se conversam. ▶▶

Para informações sobre o

**MERCADO
FINANCEIRO**

 faça a leitura do
QR Code com seu celular


Negócios em Pauta

Divulgação



Governo Federal abre propostas para dragagem da Lagoa Mirim (RS)

O Governo Federal abriu nesta quarta-feira (1º) as propostas da licitação para a dragagem da hidrovia da Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, com investimento estimado em R\$ 52,7 milhões. A ação integra o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e contempla a elaboração dos projetos, além da execução dos serviços de dragagem e sinalização náutica ao longo do canal navegável. O objetivo é fortalecer a navegação interior, garantindo melhores condições de navegabilidade durante todo o ano, maior segurança nas operações e mais eficiência logística na região. O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou que a iniciativa fortalece a navegação interior na região. “A dragagem da Lagoa Mirim é fundamental para garantir mais eficiência logística, ampliar a integração com países vizinhos e impulsionar o desenvolvimento econômico no Sul do Brasil”, afirmou. ▶▶ [Leia a coluna completa na página 3](#)

News@TI

Suelen BiccigoItaipu Parquetec



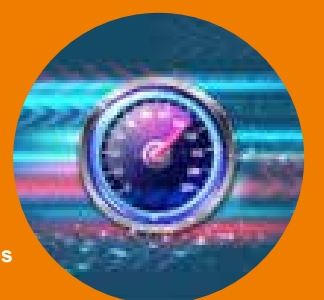
Terceira edição do Festival Iguaçu Inova

@O Itaipu Parquetec anunciou a terceira edição do Festival Iguaçu Inova, que será realizado em novembro, em Foz do Iguaçu. Ao longo de quatro dias, o evento propõe um ambiente voltado à troca de conhecimento e à geração de negócios, conectando tecnologia, ciência, empreendedorismo e economia criativa em uma programação que integra conteúdo, experiências e oportunidades. Realizado na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, o Iguaçu Inova amplia seu alcance ao atrair participantes de diferentes países da América Latina, fortalecendo o intercâmbio e posicionando o território como um ponto estratégico para inovação e desenvolvimento. A programação reúne estudantes, profissionais, startups, empresas e representantes de diferentes setores em atividades como palestras, painéis, workshops, hackathons, rodadas de negócios e experiências distribuídas pelos espaços do Itaipu Parquetec. ▶▶ [Leia a coluna completa na página 2](#)

Automóveis

**Via
Digital
Motors**

Por Lucia Camargo Nunes


[▶▶ Leia na página 4](#)

OPINIÃO

IA, metaverso e o erro mais comum das startups

Fabiano Nagamatsu (*)

O futuro dos negócios e da inovação não depende da tecnologia em si, mas da clareza do problema que se busca resolver.

Essa afirmação pode soar contraintuitiva em um momento em que Inteligência Artificial, blockchain e outras inovações parecem ocupar todo o espaço da discussão empresarial. Porém, ao olhar para a história recente de startups, fica evidente que a diferença entre fracasso e escala está na capacidade de responder a uma única pergunta: o que você está resolvendo de verdade?

O ecossistema global de inovação está repleto de exemplos de tecnologias avançadas que não encontraram aderência no mercado. Relatórios da Harvard Business Review mostram que cerca de 95% dos novos produtos falham, mesmo em empresas consolidadas. Grande parte desses fracassos não está ligada à qualidade técnica, mas à falta de alinhamento com uma necessidade real dos clientes. Em outras palavras, a tecnologia estava presente, mas a clareza do problema estava ausente.

Na prática, muitos fundadores caem na armadilha de criar soluções “brilhantes”, frequentemente impulsionadas por modismos tecnológicos como IA generativa, metaverso ou realidade aumentada, sem validar se existe alguém disposto a pagar para usá-las. O entusiasmo pela inovação cria uma bolha de expectativas, mas quando a utilidade concreta não aparece, os recursos se esgotam e o produto desaparece.

Basta lembrar a onda de aplicativos de realidade virtual no início dos anos 2010, muitos dos quais receberam milhões em investimento, mas foram abandonados por não resolverem necessidades específicas.

Por outro lado, startups que alcançam escala costumam ter um ponto em comum: clareza cristalina sobre a dor que resolvem. O caso da Airbnb é emblemático. A empresa não nasceu para “usar tecnologia de ponta em hospitalidade”, mas para resolver um problema concreto: pessoas que precisavam de hospedagem acessível e anfitriões com espaço disponível.

O mesmo vale para o Uber, que não se apresentou como uma revolução digital baseada em geolocalização, mas como uma solução direta para quem não conseguia

transporte rápido e confiável em grandes cidades. Em ambos os casos, a tecnologia foi ferramenta, não ponto de partida.

O mercado precisa mesmo desta solução?

Dados recentes da CB Insights, que analisou mais de 110 startups que falharam, revelam que 42% morreram porque não havia “necessidade de mercado” para o que estavam construindo. Esse é, de longe, o motivo mais frequente de fracasso, superando falta de caixa, problemas de equipe ou competição agressiva. O estudo reforça a tese: o futuro não depende da sofisticação tecnológica, mas da clareza do problema que guia o desenvolvimento de soluções.

Esse ponto é especialmente crítico em setores que vivem ondas de hype, como inteligência artificial. O Gartner, em seu Hype Cycle for Emerging Technologies 2024, já alertava que a maioria das aplicações de IA generativa estavam em risco de saturação por não estarem conectadas a casos de uso reais e sustentáveis. Empresas correm o risco de gastar milhões para embarcar em modismos, apenas para descobrir que construíram algo sem mercado definido.

O segredo, portanto, está em inverter a lógica. Em vez de começar pela tecnologia, empreendedores e gestores devem começar pelas pessoas: entender suas dores, mapear contextos, validar hipóteses e só depois escolher quais ferramentas tecnológicas se encaixam na solução. Essa abordagem de “problem-first” é defendida por aceleradoras como a Y Combinator, que frequentemente orienta fundadores a evitarem a obsessão por “tecnologia disruptiva” e focarem na pergunta essencial: “quem vai usar isso e por quê?”.

Dessa forma, no fim, o que diferencia iniciativas que prosperam daquelas que ficam pelo caminho é a disciplina de colocar o problema no centro. A tecnologia é apenas um meio — poderoso, sim, mas inútil quando desconectado de uma necessidade real. O futuro dos negócios será decidido menos pelo brilho das ferramentas e mais pela precisão das perguntas que fundadores e líderes ousarem fazer. E a mais importante delas continua sendo: o que estamos resolvendo de verdade?

(*) CEO da Moove Hub Technology, holding de impacto em educação, tecnologia e investimentos, criada para desenvolver pessoas, negócios e ecossistemas em um mundo em constante transformação. E-mail: moovehub@nbpress.com.br

A Tesla está em perigo?

Na tentativa de se reinventar, deixando de ser uma fabricante de veículos elétricos para apostar em inteligência artificial e robôs humanoides, a Tesla viu seu negócio principal ser duramente atingido.

Vivaldo José Breternitz (*)

A empresa registrou, no início deste ano, o pior nível de vendas nos Estados Unidos em quatro anos, sem sinais de recuperação à vista. O impacto já se reflete no preço das ações, que acumulam queda de quase 20% neste ano.

O mercado de capitais também não demonstra confiança; analistas alertam que a situação pode se agravar. Mike Tyndall, do HSBC, reiterou recentemente a recomendação de “reduzir” a posição em ações da Tesla, mantida desde o início do ano. Segundo ele, os papéis devem despencar dos atuais US\$ 365 para cerca de US\$ 131 nos próximos 12 meses, uma queda superior a 60%, sem considerar o pico de aproximadamente US\$ 480 registrado no ano passado.

Tyndall argumenta que a Tesla enfrentará forte pressão no setor de veículos elétricos, em meio ao avanço da concorrência e as dificuldades que vem encontrando nos mercados da Europa e China. Para o analista, a empresa superestimou suas oportunidades de crescimento global.

Além da queda nas vendas de elétricos, a Tesla enfrenta dificuldades para acelerar a produção do Cybercab, veículo de dois lugares que integra a estratégia de Elon Musk para lançar um serviço de robotáxis. A companhia pretende iniciar a produção em massa já no próximo mês, segundo fontes ouvidas pelo *Wall Street Journal*.

Outro desafio é a aprovação internacional do polêmico sistema direção autônoma batizado de “Full Self-Driving”. O sistema está em análise na Holanda e, caso seja autorizado, pode abrir caminho para a liberação em toda a União Europeia ainda neste verão. Mas não há certeza: se os reguladores rejeitarem o pedido, o revés poderá comprometer ainda mais as ambições da Tesla em direção à condução autônoma fora dos EUA.

A expectativa agora se volta para os números de entregas do primeiro trimestre, que serão divulgados no início de abril. A pressão é enorme para que a empresa consiga ao menos uma leve recuperação nas vendas de elétricos em relação ao ano anterior.

Com a concorrência internacional corroendo sua antiga liderança no mercado de elétricos, a Tesla aposta todas as fichas em robôs humanoides e no serviço de robotáxis. Mas o tempo corre



Karola_G_de_Pexels_CANVA

contra a companhia: sem novos modelos desde o fracasso do Cybertruck em 2023, é difícil acreditar que sua linha de veículos atual seja suficiente para evitar um colapso no preço das ações.

Resta ver como a situação da Tesla impactará os outros negócios de Elon Musk, como o Starlink e a SpaceX.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitiz@gmail.com.

SAP Cloud ERP: por que adotar?

O futuro está na nuvem. Não à toa, segundo o Gartner, até 2027 mais de 70% das empresas usarão plataformas em cloud para acelerar suas iniciativas de negócios. Acompanhando esse cenário de transformação, a SAP vem direcionando suas iniciativas para apoiar os clientes ao longo dessa jornada digital. Mas, como em todo processo de adoção, uma dúvida persiste: por onde começar?



Felipe Requião

O SAP Cloud ERP conta com uma abordagem “adopt”, que possui infraestrutura de processos pré-configurados, alinhamento às *best practices* (melhores práticas) por segmento de mercado de todo o ecossistema da multinacional alemã, além de incluir a metodologia Clean Core e localização por país. Esses fatores contribuem para uma implementação mais rápida e, conseqüentemente, a aceleração do ROI.

Para auxiliar na definição do *mindset* e aderência do cliente à plataforma, é crucial realizar o procedimento de Digital Discovery Assessment (DDA). Trata-se de uma análise para compreender o atual cenário da empresa e direcionar a organização para a oferta que se adequa às suas demandas, além de entender a duração do projeto e reduzir o esforço da análise de

processos do cliente – ou seja, otimiza-se tempo e reduz complexidades evitáveis.

Falar sobre adoção pode parecer uma realidade distante ou um termo reducionista, ainda mais considerando as particularidades fiscais do Brasil. Quanto a isso, o SAP Cloud ERP conta com processos que consideram localizações específicas, além de um ecossistema de parceiros especialistas em soluções fiscais, o que promove maior segurança e compliance.

Para quem já está no ecossistema SAP, há ferramentas que ajudam a ilustrar quais adequações são necessárias. Já para

novos clientes, são realizados questionários e demonstrações didáticas para analisar cada área do negócio. A ideia não é apenas perguntar, mas oferecer diagnósticos para saber quais caminhos abordar dentro do contexto de cada organização e aproveitando o máximo das melhores práticas SAP.

Considerando todos os elementos dessa jornada, é fundamental buscar um parceiro não somente capacitado e alinhado às atualizações da SAP, mas que realize a venda com base nas especificidades de cada negócio, na constatação de resultados e testes reais. Além disso, é importante lembrar que a adoção é apenas o primeiro passo, e que a transformação digital é contínua.

A migração para a nuvem será algo cada vez mais natural. O que determinará o sucesso é o *mindset* de adoção das melhores práticas alinhado ao profundo conhecimento do SAP Cloud ERP, escolhendo com estratégia as extensibilidades necessárias para atingir os resultados pretendidos do negócio em questão.

(Fonte: Felipe Requião é sócio-diretor da Numen Lean Services, vertical especializada na oferta SAP Cloud ERP na Numen).

News @ TI

ricardosouza@netjen.com.br

Huawei apresenta case de transformação digital com CEMIG no UTCAL Summit 2026

A Huawei apresentou um case em parceria com a CEMIG, durante o UTCAL Summit 2026. O encontro reuniu lideranças do setor de utilities da América Latina e destacou soluções para a modernização da infraestrutura elétrica por

meio da transformação digital. A Cemig atende 774 municípios, 9,5 milhões de consumidores e cobre 97% do território mineiro. No evento, a companhia mostrou que a modernização da infraestrutura de telecomunicações é fator essencial para a expansão de uma rede elétrica mais inteligente, resiliente e confiável.

Saiba o que muda com a nova licença-paternidade no Brasil

Foi sancionado na terça-feira (31) o projeto de lei que amplia a licença-paternidade no Brasil. Com a mudança, os pais passam a contar com até 20 dias de afastamento do trabalho a partir do nascimento do bebê

A alteração será gradual e o período máximo de 20 dias passa a valer em 2029. Em 2026, o licença permanece de apenas cinco dias. A licença-paternidade é concedida ao empregado, com remuneração integral, em razão de nascimento de filho, de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, sem prejuízo do emprego e do salário. As novas regras passam a valer a partir de 1º de janeiro de 2027. O texto prevê que essa ampliação se dará de forma gradual, no prazo de quatro anos: 10 dias em 2027; 15 dias em 2028; 20 dias a partir de 2029.

A licença ainda poderá ser dividida em dois períodos, a partir da requisição do empregado. Em caso de morte da mãe, o pai tem direito ao período da licença-maternidade, que é de 120 dias.



Licença-paternidade estendida, favorece vínculo com filho.

No ano passado, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) elaborou uma carta aberta à sociedade e aos parlamentares pedindo que a licença fosse de 30 a 60 dias – período até 12 vezes maior que o atualmente concedido pela legislação. Junto com outras entidades, a SBP apontou

evidências científicas que comprovam os benefícios da presença paterna nos primeiros dias de vida do bebê.

A entidade enumerou estudos que ressaltam efeitos positivos da licença-paternidade de quatro semanas – entre eles, a possibilidade de apoiar

o aleitamento materno e contribuir com o desenvolvimento neurocognitivo dos bebês. O documento destaca ainda que diversos países já adotam modelos de licença parental compartilhada, que permitem a divisão flexível do tempo de cuidado entre mães e pais.

O debate em torno do direito dos pais em se afastar do trabalho para se dedicar aos cuidados de um recém-nascido é alvo de polêmica desde a Constituinte, em 1988. Na ocasião, o então deputado Alcení Guerra, autor da emenda que criou a licença-paternidade, foi ridicularizado pelos colegas parlamentares ao defender o benefício. Médico pediatra, ele fez uma defesa emocionada da proposta e conseguiu a inclusão do direito no texto da Constituição Federal, com ampla maioria dos votos a favor (ABR).

Prêmio Jabuti abre inscrições para edição 2026

O Prêmio Jabuti, reconhecida premiação da literatura brasileira, abriu inscrições para sua 68ª edição. Os interessados podem se inscrever até 19 de maio. Podem concorrer obras publicadas em primeira edição entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, desde que tenham ISBN (Padrão Internacional de Numeração de Livro) e ficha catalográfica emitidos no Brasil.

Entre as novidades está a criação da categoria Incentivo à Leitura – Cultura Digital, a fim de reconhecer a atuação de criadores de conteúdo que contribuem para a valorização do livro e incentivo à leitura. “A iniciativa amplia o escopo do prêmio ao agregar agentes que hoje desempenham papel relevante na circulação da literatura, especialmente entre públicos mais jovens”, explica a Câmara Brasileira do Livro (CBL), responsável pelo prêmio.

As indicações para a nova categoria podem ser feitas por meio de consulta pública, aberta no site do prêmio. Outra mudança ocorreu na categoria Livro do Ano, principal distinção do prêmio. A partir desta edição, obras das categorias Escritor Estreante Poesia e Escritor Estreante

Romance passam a concorrer à premiação. O vencedor poderá escolher participar de uma das principais feiras internacionais do livro: Londres, Bolonha, Frankfurt ou Guadalajara, com despesas custeadas pela CBL e uma agenda de palestras e encontros. A premiação inclui, além da estatueta, o valor de R\$ 70 mil.

A categoria anteriormente chamada de Fomento à Leitura passa a ser denominada de Incentivo à Leitura – Projeto. Mas continua com o objetivo de reconhecer iniciativas que promovem o acesso ao livro, à formação de leitores e à difusão da leitura no país.

“O Prêmio Jabuti acompanha as transformações no campo do livro e da leitura e nas formas como as obras são descobertas e compartilhadas. Hoje, o incentivo ao hábito de ler passa também por novos agentes de promoção da leitura, que atuam em ambientes digitais e ampliam o alcance da literatura”, disse Hubert Alquéres, curador do prêmio. “Ao reconhecer esses agentes, o Jabuti amplia seu olhar sobre o universo do livro, sem perder de vista o lugar fundamental da criação literária”, acrescentou (ABR).

Comitê Gestor da Internet atualiza cartilha contra golpes online

O Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), grupo dedicado a pensar a segurança dentro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) lançou uma versão atualizada de sua cartilha sobre segurança, com dois volumes dedicados à educação contra golpes e contra fraudes online.

Eles destacam, em linguagem fácil e acessível, a dinâmica dos golpes mais relevantes aplicados atualmente, detalhados e baseados em pesquisa prévia, métricas que remetem à publicidade para a internet e ao uso de dados vazados. As publicações “Golpes: Não se Deixe Enganar” e “Golpes: Evite Fraudes” são complementares e oferecem abordagem didática sobre as táticas utilizadas pelos golpistas, além de dicas de prevenção.

“É fundamental capacitar as pessoas a perceberem os sinais de um possível golpe, questionarem a veracidade das informações e utilizarem os recursos de proteção disponíveis. Nossos guias oferecem dicas simples e claras para que as pessoas possam tomar decisões informadas e se proteger no ambiente digital”, afirma Cristine Hoepers, gerente-geral do CERT.br.

O primeiro volume é voltado para a educação da capacidade crítica do internauta, com passos para identificar os sinais de um golpe antes que ele se concretize, a partir de três passos: “Desconfie. Informe-se. Verifique”.

Orienta ainda os internautas sobre a capacidade atual dos golpistas, refinada por vazamentos de dados em larga escala e pelo uso de ferramentas de inteligência artificial, com destaque para aqueles que criam imagens e sons verossímeis, os deepfakes.

Já a publicação “Golpes: Evite Fraudes”, tem foco voltado para as ações práticas que o usuário pode tomar para se proteger. São técnicas de proteção de dados e contas online, atenção a links e sites fraudulentos, alguns com origem em sites de verdade ou em redes sociais, além de dicas para conferir se transações estão sendo feitas para instituições sérias.

Além disso, para evitar que golpistas abram contas bancárias ou empresas falsas em nome da vítima, o guia recomenda o uso de ferramentas gratuitas, como o BC PROTEGE+, do Banco Central, e a Proteção do CPF, do Portal Nacional da Redesim. Os materiais completos podem ser acessados gratuitamente em (<https://cartilha.cert.br/fasciculos/>).

O crédito que virou imposto

Ivson Coêlho (*)

A Lei Complementar nº 224, de 2025, tem sido apresentada como um conjunto de medidas voltadas ao ajuste fiscal

investimento. Embora a norma não eleve alíquotas de forma explícita, o resultado econômico é o mesmo de um aumento de carga tributária.

Além do impacto relevante na ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil e na tributação de dividendos acima de R\$ 600 mil ao ano, a vedação de créditos de PIS e Cofins posiciona-se como um ponto igualmente crítico da nova legislação, sendo uma mudança silenciosa que afeta diretamente o caixa e a rentabilidade das empresas.

A legislação passou a proibir a utilização de créditos de PIS e Cofins vinculados a operações com alíquota zero ou isentas. Empresas que atuam sob esses regimes sempre utilizaram esses créditos como instrumento legítimo de compensação tributária, inclusive para abater tributos como imposto de renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Ao retirar esse direito, a lei interfere diretamente no fluxo de caixa e altera de forma concreta o custo da operação empresarial.

O efeito dessa vedação é imediato. Setores que dependem de isenções ou alíquotas zero perdem uma ferramenta importante de equilíbrio financeiro. Créditos que antes funcionavam como amortecedor tributário deixam de existir, pressionando margens e reduzindo a capacidade de

Nesse contexto, as demais medidas previstas na Lei Complementar nº 224 acabam funcionando como pano de fundo do debate. A isenção do imposto de renda na faixa de até R\$ 5 mil e a tributação de dividendos acima de R\$ 600 mil ao ano concentram a atenção pública, mas não produzem o mesmo impacto estrutural sobre o dia a dia das empresas que a vedação dos créditos de PIS e Cofins.

Ao impedir o aproveitamento desses créditos, o governo promove mais uma investida contra o lucro e a margem empresarial, sem nomear a medida como aumento de tributo. Trata-se de uma mudança que afeta diversos setores da economia.

A vedação de créditos de PIS e Cofins definida pela Lei Complementar revela uma estratégia de arrecadação que atua de forma indireta, mas eficaz. O risco é aprofundar a pressão sobre o setor produtivo em um ambiente marcado por elevada carga tributária e baixa previsibilidade, com efeitos que tendem a se refletir no investimento, na competitividade e, inevitavelmente, nos preços ao consumidor.

(*) - É advogado especialista em direito tributário (drivsoncoelho@nbpress.com.br).

A – Pousos e Decolagens

A Aena, maior operadora aeroportuária do Brasil e do mundo, está ofertando 574.589 assentos nos 17 aeroportos sob sua administração no país entre hoje (2) e domingo (5). No período, estão previstas 3.460 operações, entre pousos e decolagens, refletindo a forte movimentação típica do feriado prolongado. O Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, lidera a operação, com 308.904 assentos disponíveis e 1.810 voos programados. As principais rotas conectam a capital paulista a destinos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife, Salvador e Porto Alegre, reforçando o papel estratégico do terminal na malha aérea nacional.

B – Turismo Rural

O incentivo ao turismo rural dentro de São Paulo ganha mais fôlego com o ‘Semeando Negócios’, programa da Prefeitura de São Paulo que vai selecionar 30 projetos rurais localizados nos distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú/Ilha do Bororé — região que integra o Polo de Ecoturismo da capital - e também nas aldeias da Terra Indígena Tenondé Porã. Cada projeto selecionado pode receber até R\$ 30 mil em equipamentos e serviços, além de capacitação e acompanhamento técnico ao longo de seis meses. Podem participar produtores familiares, associações, cooperativas, agroindústrias e iniciativas de visitação em aldeias indígenas. Incrições e mais informações: (<https://semeadonegocios.com/>).

C – Gestão da Saúde

A Harvard Business Review, publicação global de liderança, estratégia e gestão ligada à Harvard Business School, retoma sua presença no Brasil com a realização do HBR Summit Brasil 2026: Healthcare Management,

nos próximos dias 13 e 14, no Theatro Municipal de São Paulo. O evento inaugura esse novo ciclo da marca no país a partir do setor de saúde, escolhido por concentrar desafios como uso intensivo de dados, avanço da IA e pressão por eficiência. Abordará temas como uso estratégico de dados, IA aplicada à tomada de decisão, experiência do paciente como diferencial competitivo e novos modelos de organização do trabalho. Incrições: (www.sympla.com.br/evento/hbr-summit-brasil-healthcare-management-2026/3307929).

D – Finanças e Tributos

A Catalise, a maior gestora independente de Fundos Estruturados do Sul do Brasil, acaba de lançar um e-book voltado a empresas tributadas pelo Lucro Real com a proposta de discutir eficiência financeira e tributária por meio de fundos proprietários. Intitulado “Será que estou deixando dinheiro na mesa?”, o material busca explicar, de forma didática, como companhias podem reorganizar seu fluxo financeiro para reduzir carga tributária e melhorar indicadores de desempenho. O e-book pode ser baixado gratuitamente pelo link: (https://ebook.cataliseinvestimentos.com/tp_ebook).

E – Microbiologia Agrícola

Com o tema Inovação e sustentabilidade para transformar o campo, o VII Simpósio de Microbiologia Agrícola (SMAGRO) será realizado de 18 a 21 de maio, com atividades na Esalq/USP e no Espaço Beira Rio Eventos. Reunirá estudantes, pesquisadores e profissionais interessados nos avanços da microbiologia aplicada à agricultura, e propõe ampliar o debate sobre o papel dos microrganismos na produção agrícola, abordando temas como microbiomas do solo, bioinsumos, controle biológico,

abordagens ômicas e tecnologias voltadas à sustentabilidade dos sistemas produtivos. Mais informações e inscrições: (<https://sites.usp.br/smagro/>).

F – Preço Acessível

Seminovos e usados dominam o desejo de compra para 68% dos brasileiros que pretendem adquirir um veículo em 2026. Segundo dados da Pesquisa de Intenção de Compra realizada pelo Webmotors Autoinsights, o interesse é 4,5 vezes superior ao registrado para a categoria de 0KM, que soma 15%, enquanto 17% dos consumidores ainda não têm uma definição sobre o tema. O preço mais acessível é o principal motivador para compra de um carro usado, fator citado por 79% dos entrevistados. Na sequência de uma lista de múltipla escolha, estão a facilidade na negociação (35%) e a busca por um modelo mais completo (32%).

G – Circuito Pet Run

Acontece em 26 de abril (domingo), a partir das 8h30, o Circuito Pet Run Shopping Eldorado 2026, evento mais aguardado pelos “Aúmanetes” caninos. A etapa marca a abertura oficial do calendário nacional do circuito organizado pela FUSE Eventos Esportivos. Com percurso de 1,6Km, a Pet Run acontece no estacionamento externo do Shopping Eldorado, que será transformado em uma grande arena que une esporte, entretenimento e convivência. A proposta é oferecer uma manhã repleta de “diverção” — literalmente diversão ao lado do seu cão — e muito “cãopanheirismo”. Incrições: (<https://site.ticketsports.com.br/Inscricao/Categoria.aspx>).

H – Energy Solutions Show

Supermercados, shopping centers, farmácias, indústrias de alimentos, bebidas e embalagens, além de áreas de facilities e utilities, estão entre os setores que estarão no centro dos debates do Energy Solutions Show 2026 (ESS 2026), evento que acontece nos dias 22 e 23 de abril, no Distrito Anhembi, em São Paulo. A proposta do evento é discutir como empresas de setores que consomem muita energia podem aumentar a eficiência, ganhar previsibilidade, mitigar riscos e fortalecer suas estratégias de competitividade e sustentabilidade. Mais informações: (<https://energysolutionsshow.com.br>).



Via Digital Motors

Lucia Camargo Nunes (*)

Caoa lança Changan produzido no Brasil

A Caoa iniciou em Anápolis (GO) a produção nacional do Changan Uni-T, marcando a fabricação do primeiro modelo da marca no Brasil. O veículo chega à rede por R\$ 169.990 na versão Infinity.

O SUV passou por 24 meses de desenvolvimento e 2 milhões de quilômetros de testes para adaptação ao Brasil, recebendo calibração de suspensão, direção e motorização flex.

O motor 1.5 Turbo entrega 180 cv e 29,2 kgfm de torque, com transmissão de dupla embreagem e sete marchas. O veículo mede 4,54 metros de comprimento e 2,71 metros de entre-eixos. Internamente, o painel possui telas integradas de 25,1 polegadas e sistema de inteligência artificial para comandos de voz e monitoramento de fadiga.

O pacote de segurança Adas nível 2+ contempla 18 funções, como piloto automático adaptativo e assistente de faixa. O modelo inclui controle remoto por aplicativo para 12 funções e filtragem de ar PM2.5. A garantia é de sete anos ou 150 mil quilômetros. A estrutura da carroceria utiliza 60% de ligas de alta resistência.



Changan Uni-T

Jeep Renegade agora tem versões MHEV

Às vésperas de iniciar a produção de Leapmotor e novo Avenger, o grupo Stellantis acelera e lança três novidades de Jeep e Ram.

A primeira é o Jeep Renegade 2027 que introduz o sistema híbrido-leve de 48V nas versões intermediárias e de topo, operando com o motor 1.3 turboflex de 176 cv. A tecnologia reduz o consumo urbano em 7% e as emissões de CO2 em 8%. O interior recebeu novo console central, manopla de câmbio redimensionada, saídas de ar traseiras, painel digital de 7" e central multimídia de 10,1".

Externamente, os para-choques foram modificados para ampliar os ângulos de ataque, acompanhados de novas rodas e faróis full led com nova assinatura. A segurança de série inclui seis airbags, monitoramento de ponto cego e frenagem autônoma.

Os preços foram alterados: a versão Altitude custa R\$ 129.990, a Longitude MHEV R\$ 158.690, a Sahara MHEV R\$ 175.990 e a Willys 4x4 R\$ 189.490. A garantia é de 5 anos.



Jeep Renegade Sahara.

Commander também entra na era da eletrificação

A Jeep também atualizou a linha 2027 do Commander com a introdução do sistema híbrido-leve (MHEV) de 48V nas motorizações 1.3 turboflex de 185 cv. A versão de topo Blackhawk mantém o motor 2.0 Hurricane com 272 cv de potência e tração 4x4.

No interior, o console central recebeu redimensionamento e novos materiais de acabamento. O painel de instrumentos digital de 10,25 polegadas foi atualizado com novas interfaces gráficas, enquanto a central multimídia de 10,1 polegadas agora integra comandos por voz via Alexa e espelhamento sem fio. O modelo passa a oferecer ajuste elétrico para o banco do passageiro nas configurações mais equipadas e saídas de ar condicionado para a terceira fileira de bancos.

Os preços foram reposicionados, com a versão Longitude MHEV partindo de R\$ 219.990 e a Blackhawk 2.0 Hurricane fixada em R\$ 321.290. A garantia de fábrica é de 5 anos.

Picapes Ram ganham atualizações

Ainda como linha 2026, a Ram atualizou as picapes 2500 e 3500 com modificações na grade frontal, conjunto óptico e oferta tecnológica.

O motor Cummins turbo diesel 6.7 foi recalibrado para atender às normas de emissões Proconve L8, mantendo 377 cv na 2500 e 420 cv na 3500. A capacidade de reboque foi ampliada, atingindo 9 toneladas na versão 3500.

No interior, as picapes receberam um painel de instrumentos digital de 12" e espelho retrovisor interno digital, que projeta imagens de uma câmera traseira. O multimídia de 12" agora permite a conexão sem fio para sistemas operacionais móveis.



Ram 3500.

A estrutura de segurança foi reforçada com a inclusão de sensores de estacionamento frontais e traseiros em todas as versões, além de novos retrovisores externos bipartidos com ajuste elétrico e desembaçador. As rodas de 18" apresentam novos desenhos.

A picape 2500 passa a contar com o sistema de compartimentos RamBox nas laterais da caçamba como item de série. Os preços foram reajustados, com a Ram 2500 Laramie partindo de R\$ 449.990.

(*) - É economista e jornalista especializada no setor automotivo, editora do portal www.viadigital.com.br e do canal [@viadigitalmotors](https://www.youtube.com/channel/UCv1adigitalmotors) no YouTube. E-mail: lucia@viadigital.com.br

Por que ter um app de banco não basta mais para o varejo

Especialista alerta que a facilidade do Banking as a Service esconde riscos operacionais; para Rafael Franco, CEO da Alphacode, "fintech não é projeto de marketing, é estrutura e governança." O avanço do Pix, a consolidação do Open Finance e a popularização do modelo Banking as a Service (BaaS) transformaram o mercado financeiro brasileiro em um dos mais dinâmicos do mundo. Com infraestrutura regulatória moderna e APIs que permitem integrar serviços bancários a qualquer aplicativo, criar uma fintech deixou de ser exclusividade de instituições tradicionais. A facilidade de entrada, no entanto, esconde uma complexidade que nem sempre é percebida por empresários de fora do setor.

Para Rafael Franco, especialista em arquitetura de plataformas financeiras e CEO da Alphacode, empresa especializada no desenvolvimento de plataformas financeiras digitais, o principal equívoco está em tratar fintech como extensão de estratégia comercial. "Existe uma percepção de que basta integrar um parceiro bancário, lançar um aplicativo e ativar uma base de clientes. Mas operação financeira não é projeto de marketing. É estrutura, governança e gestão de risco", afirma.

Segundo ele, o ambiente atual estimula empresas de varejo, tecnologia e serviços a incorporarem soluções como conta digital, crédito próprio e antecipação de recebíveis dentro de seus ecossistemas. O movimento faz sentido do ponto de vista estratégico, já que produtos financeiros aumentam retenção, ampliam margens e fortalecem relacionamento com o cliente. O problema surge quando a expansão ocorre sem maturidade operacional.

"Quando uma empresa decide conceder crédito, ela passa a assumir risco de inadimplência e precisa estruturar a cobrança. Se esses fundamentos não estão organizados, a tecnologia apenas acelera a exposição ao erro", pontua o CEO da

Alphacode. Para ele, o mercado brasileiro entrou em uma fase de sofisticação onde a sustentabilidade do modelo vale mais do que o número de downloads do app.

Maturidade antes de escalar

Na avaliação de Franco, o mercado brasileiro entrou em uma fase mais sofisticada. Se nos últimos anos a discussão girava em torno da digitalização dos serviços financeiros, agora o foco recai sobre a sustentabilidade do modelo. Empresas que lançaram produtos financeiros como complemento de receita começam a perceber que a gestão da carteira e o controle da operação são tão relevantes quanto a aquisição de clientes.

Ele defende que a entrada no setor deve seguir uma lógica de maturidade. "Nem toda empresa precisa começar oferecendo conta digital, cartão de crédito ao mesmo tempo. Há modelos mais simples e estruturais, como operações de crédito lastreadas ou soluções específicas de pagamento, que permitem ganho de experiência antes de ampliar escopo", afirma.

Essa visão dialoga com um cenário em que o Banco Central reforça exigências de compliance e transparência, enquanto o consumidor se mostra mais atento à segurança e à confiabilidade das plataformas. Para Franco, reputação se tornou ativo crítico. "Produto financeiro envolve confiança. Uma falha operacional ou um erro de liquidação não afeta apenas o caixa, afeta a marca."

Arquitetura como decisão estratégica

Outro ponto que ganha relevância no atual ciclo das fintechs é a arquitetura tecnológica. Com a oferta crescente de soluções white label e plataformas prontas, muitas empresas optam por modelos compartilhados para reduzir o tempo de lançamento. Embora eficientes para validação inicial, esses formatos podem limitar evolução e controle no médio prazo.

"A pergunta central não é qual tecnologia usar, mas o que a empresa quer controlar. Quem controla dados, regras de negócio e integrações constrói um ativo. Quem depende integralmente de terceiros pode crescer rápido, mas com baixa autonomia estratégica", analisa.

Para ele, a discussão sobre private label, individualização de ambiente e governança de código deixou de ser tema técnico e passou a integrar a agenda de conselhos e executivos. "Fintech não é projeto de curto prazo. É infraestrutura contínua. Se a arquitetura não foi pensada para evoluir, cada ajuste vira um remendo."

O novo ciclo das fintechs

O mercado brasileiro de fintechs amadurece em paralelo ao aumento da competição e à pressão por eficiência. Modelos baseados apenas em aquisição agressiva de usuários perdem espaço para estratégias focadas em rentabilidade, controle de risco e diversificação de receita. Nesse contexto, produtos como antecipação de recebíveis, crédito segmentado e integração financeira em plataformas de nicho ganham protagonismo.

Franco avalia que o próximo ciclo será marcado menos pela corrida por funcionalidades e mais pela consolidação de estruturas sólidas. "O ambiente é favorável, a regulação evoluiu e a tecnologia está disponível. O diferencial agora é disciplina. Empresas que enxergarem fintech como expansão estrutural do negócio terão vantagem. As que tratarem como iniciativa oportunista tendem a enfrentar ajustes dolorosos", afirma.

Ao fim, ele resume o momento do setor como uma transição de entusiasmo para responsabilidade. "O Brasil construiu uma das infraestruturas financeiras digitais mais avançadas do mundo. Mas infraestrutura robusta exige operadores preparados. Estrutura vem antes de tecnologia. Quem entende isso constrói ativos. Quem ignora, corre risco desnecessário."

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

3º Subdistrito - Penha de França
Albert Broday Rodrigues - Oficial do Registro Civil

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **PAULO SERGIO FARIAS**, profissão: funcionário público, estado civil: viúvo, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 01/07/1962, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Penha Zoraide Farias. A pretendente: **ANA PAULA DE JESUS RIBEIRO DA SILVA**, profissão: higienizadora, estado civil: viúva, naturalidade: Campinas, SP, data-nascimento: 15/01/1974, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de José Angelo Ribeiro e de Aurea de Jesus Ribeiro.

O pretendente: **RAUL DE SOUZA LEMOS DOS SANTOS**, profissão: autônomo, estado civil: solteiro, naturalidade: Ubatuba, SP, data-nascimento: 30/03/1993, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Marcelo Lemos dos Santos e de Ana Maria de Souza. A pretendente: **SILMARA MARIA DOS SANTOS PAIVA**, profissão: autônoma, estado civil: solteira, naturalidade: nesta Capital, Cangaíba, SP, data-nascimento: 17/10/1987, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Walter Manoel de Paiva e de Cecília Maria dos Santos Almeida.

O pretendente: **MATHEUS AMORIM DOS SANTOS**, profissão: analista de T.I., estado civil: solteiro, naturalidade: nesta Capital, Jabaquara, SP, data-nascimento: 02/09/2000, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Rodrigo Carlos dos Santos e de Roberta Amorim dos Santos. A pretendente: **GIOVANA PEREIRA GUGEL**, profissão: analista de T.I., estado civil: solteira, naturalidade: Americana, SP, data-nascimento: 07/10/2001, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Paulo Rogerio Nascimento Gugel e de Claudia Pereira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local
Jornal Empresas & Negócios

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

DE PESSOAS NATURAIS

15º Subdistrito - Bom Retiro
Amanda de Rezende Campos Marinho Couto - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **PABLO MIGUEL ALVES GOMES**, nascido nesta Capital, Butantã, SP, no dia 10/11/1994, profissão analista de sistemas, estado civil divorciado, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo, SP, filho de Francisco Lucio Gomes e de Maria Suelly Alves Gomes. A pretendente: **DYANA LOPES SOUSA**, nascida em Vitória do Mearim, MA, no dia 03/05/1992, profissão autônoma, estado civil solteira, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo, SP, filha de Benedito Moreira Sousa e de Maria das Dores Lopes Sousa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local
Jornal Empresas & Negócios

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

CNPJ 34.366.520/0001-34

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	Controladora	2024	Consolidado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.687	20.766	3.781
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	31.532	29.000	31.532
Depósitos vinculados	10	5.099	-	5.099
Adiantamentos a fornecedores		116	248	130
Partes relacionadas	11	25.104	323	-
Impostos a recuperar		4.122	3.035	4.133
Outros créditos		647	193	701
Total do ativo circulante		69.307	53.565	45.376
Ativo não circulante				
Depósitos vinculados	10	33.421	-	33.421
Investimentos	12	536	45.588	-
Imobilizado	13	411.196	407.895	437.413
Ativo de direito de uso	14	15.938	15.071	18.241
Ativo intangível		2.595	2.579	2.595
Total do ativo não circulante		463.686	471.133	491.670
Total do ativo		532.993	524.698	537.046

Passivo	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	Controladora	2024	Consolidado
Passivo circulante				
Fornecedores		2.674	3.124	2.687
Debitores	15	397.053	337.849	397.053
Obrigações fiscais		576	592	600
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	109
Partes relacionadas	11	4.927	54.399	5.067
Passivo de arrendamento	14	2.803	1.606	3.312
Adiantamento de clientes		-	3.105	859
Total do passivo circulante		408.033	400.675	409.687
Passivo não circulante				
Debitores	15	-	-	-
Passivo de arrendamento	14	15.449	15.162	17.380
Provisão para desmobilização	16	4.973	3.705	5.441
Total do passivo não circulante		20.422	18.867	22.821
Patrimônio líquido				
Capital social	17	160.052	143.209	160.052
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	13.298	13.298
Transação com acionistas		1.243	1.243	1.243
Reserva de lucros		48	48	48
Prejuízos acumulados		(56.805)	(52.642)	(56.805)
Total do patrimônio líquido		104.538	105.156	105.156
Total do passivo e patrimônio líquido		532.993	524.698	537.046

	Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	Controladora	2024	Consolidado
Receita operacional líquida		2025	2024	2025
Custo das vendas	19	(28.894)	(9.150)	(31.563)
Lucro bruto		43.200	20.867	51.204
Despesas gerais e administrativas	20	(5.242)	(2.159)	(5.668)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		43.078	18.808	45.536
Receitas financeiras	21	5.201	447	5.388
Despesas financeiras	21	(54.256)	(45.047)	(54.573)
Resultado financeiro líquido		(49.055)	(44.600)	(49.185)
Equivalência patrimonial	12	1.756	11.510	-
Resultado antes dos impostos		(47.299)	(32.890)	(49.185)
Imposto de renda e contribuição social		58	-	(514)
Imposto diferido	22	-	1.382	-
Prejuízo do exercício		(4.163)	(12.900)	(4.163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora			
	2025	2024	2024	2023
Prejuízo do exercício	(4.163)	(12.900)	(4.163)	(12.900)
Resultado abrangente total	(4.163)	(12.900)	(4.163)	(12.900)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal
Saldo em 01 de janeiro de 2024		177.238	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	1.243
Aumento de capital com participação em empresas	17	65.971	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	13.298	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		143.209	13.298	1.243
Prejuízo do exercício		-	-	2
(-) Redução de capital com cisão de investimentos	17	(26.787)	-	-
Aumento de capital com participação em empresas	17	29.786	-	-
Aumento de capital	17	13.298	-	-
Aumento de capital com ativos imobilizados	17	546	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		160.052	1.243	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora			
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(4.163)	(12.900)	(4.163)	(12.900)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	12	(1.756)	(11.510)	-
Depreciação do ativo imobilizado	13	17.199	5.725	18.609
Depreciação de direito de uso	13	611	182	677
Depreciação do ativo para desmobilização	13	(20)	55	(2)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	13	-	16	-
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	15	395	2.516	395
Juros sobre debêntures	15	51.122	41.693	51.122
Juros de arrendamentos	14	2.281	774	2.537
Juros sobre provisão para desmobilização	16	401	233	459
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(58)	-	514
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	(1.382)	-
		66.014	25.402	70.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal
Saldo em 01 de janeiro de 2024		177.238	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	1.243
Aumento de capital com participação em empresas	17	65.971	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	13.298	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		143.209	13.298	1.243
Prejuízo do exercício		-	-	2
(-) Redução de capital com cisão de investimentos	17	(26.787)	-	-
Aumento de capital com participação em empresas	17	29.786	-	-
Aumento de capital	17	13.298	-	-
Aumento de capital com ativos imobilizados	17	546	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		160.052	1.243	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal
Saldo em 01 de janeiro de 2024		177.238	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	1.243
Aumento de capital com participação em empresas	17	65.971	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	13.298	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		143.209	13.298	1.243
Prejuízo do exercício		-	-	2
(-) Redução de capital com cisão de investimentos	17	(26.787)	-	-
Aumento de capital com participação em empresas	17	29.786	-	-
Aumento de capital	17	13.298	-	-
Aumento de capital com ativos imobilizados	17	546	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		160.052	1.243	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora			
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(4.163)	(12.900)	(4.163)	(12.900)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	12	(1.756)	(11.510)	-
Depreciação do ativo imobilizado	13	17.199	5.725	18.609
Depreciação de direito de uso	13	611	182	677
Depreciação do ativo para desmobilização	13	(20)	55	(2)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	13	-	16	-
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	15	395	2.516	395
Juros sobre debêntures	15	51.122	41.693	51.122
Juros de arrendamentos	14	2.281	774	2.537
Juros sobre provisão para desmobilização	16	401	233	459
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(58)	-	514
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	(1.382)	-
		66.014	25.402	70.148

1 Contexto operacional - GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de julho de 2019, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Iguaçu, 192, Edifício Iguaçu Office Building, 13º andar, conjunto 133, Itaim Bibi, CEP 01451-010. A Companhia tem como atividade principal o desenvolvimento, operação e locação de usinas fotovoltaicas e investimentos em outras empresas (Controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica. Os projetos de geração distribuída estão em conformidade com a Resolução 1059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 20 anos. A Companhia tem como principais clientes: Raia Drogasil, telefônica Brasil, Claro, Magazine Luiza, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Sanesol, Raizen e TIM. Os projetos integrantes do portfólio foram adquiridos de desenvolvedores especializados no mercado de geração distribuída de energia solar, em fase de desenvolvimento, e subsequentemente construídos por empresas especializadas em engenharia e construção (EPC). As usinas fotovoltaicas (UFVs) estão alocadas em filiais da Companhia e nas entidades controladas listadas abaixo. No exercício de 2025, a Administração implementou uma iniciativa estruturada voltada à recuperação e otimização da performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas da Companhia. Essa iniciativa demandou a realização de custos e despesas de natureza extraordinária ao longo do exercício, com impacto temporário sobre os indicadores financeiros da Companhia. Como resultado, as usinas foram restabelecidas aos parâmetros operacionais planejados, fortalecendo a base de geração de caixa para os exercícios subsequentes. Os efeitos contábeis decorrentes dessa estratégia estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.2 (Continuidade Operacional) e nº 15 (Debitores). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

Controladas:

	% de Participação
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	100
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100

1.1 Reorganização societária - Operações ocorridas em 2025: No exercício de 2025, em Assembleia de Acionistas da Companhia, foi aprovada a reorganização societária em três etapas, sendo: i) transferência da participação total de duas investidas, detidas pela GD Geradora Distribuída Participações S.A., para a Companhia por aumento de capital social; ii) transferência da participação total de duas investidas da Companhia para a GDPAR SP Participações em Projetos Solares Ltda. ("GDPAR SP") por redução do capital social; iii) extinção e sucessão total de duas das sociedades investidas da Companhia, com incorporação total do ativo líquido apurado; a) *Sociedades recebidas por aumento de capital, transferidas da GDSun para a Companhia, em 31 de janeiro de janeiro de 2025 - demonstração dos principais saldos*

	UFV GDPAR MGI Equipamentos Fotovoltaicos S.A.		UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.		TOTAL
	2025	2024	2025	2024	
Caixa e equivalentes de caixa	224	-	1.001	-	1.225
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	3	-	-	-	3
Adiantamentos a fornecedores	3	-	-	-	3
Impostos a recuperar	3	-	-	-	3
Outros créditos	-	3	-	-	3
Imobilizado	2.975	25.885	-	28.860	28.860
Ativo de direito de uso	83	1.176	-	1.259	1.259
Ativo total	3.572	28.125	1.001	31.697	31.697
Fornecedores	-	1	-	15	15
Obrigações fiscais	-	1	-	18	19
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	50	71
Partes relacionadas	30	158	-	188	218
Adiantamentos de clientes	-	-	-	287	287
Passivo de arrendamento	105	1.144	-	1.249	1.249
Provisão para desmobilização	20	78	-	98	98
Patrimônio líquido	3.393	26.392	-	29.785	29.785
Passivo total	3.572	28.125	-	31.697	31.697

b) *Sociedades transferidas por redução de capital, cindidas da Companhia e integradas à GDPAR SP, em 31 de janeiro de janeiro de 2025 - demonstração dos principais saldos*

	UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.		UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.		TOTAL
	2025	2024	2025	2024	
Caixa e equivalentes de caixa	884	605	439	-	1.323
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	3	-	-	11
Adiantamentos a fornecedores	6	1	-	-	7
Outras contas a receber	6	-	-	-	6
Impostos a recuperar	8	-	-	-	8
Outros créditos	-	-	-	-	-
Imobilizado	15.543	10.167	-	25.710	25.710
Ativo de direito de uso	257	352	-	609	609
Ativo intangível	3	-	-	-	3
Ativo total	17.300	11.567	439	28.867	28.867
Fornecedores	3	6	-	84	93
Obrigações fiscais	8	7	-	163	178
Partes relacionadas	860	213	-	1.074	1.074
Passivo de arrendamento	276	388	-	664	664
Provisão para desmobilização	115	55	-	170	170
Patrimônio líquido	15.960	10.827	-	26.867	26.867
Passivo total	17.300	11.567	-	28.867	28.867



Total de Partes relacionadas - Ativo				
	25.104	323	-	-
Passivo Circulante				
GD Geração Distrib. Part. S.A.	4.925	53.976	5.065	55.659
Andromeda Equipamentos Fotovoltaicos S.A.	2	-	2	-
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equip. FV Ltda.	-	423	-	-
Partes Relacionadas - Passivo	4.927	54.399	5.067	55.659
a. Movimentação de partes relacionadas - 2025				

Ativo Circulante				
	2024	Adição	Recebimento	2025
UFV GDDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	25.594	(600)	24.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	-	660	(550)	110
UFV GDSUN PBI Equip. FV Ltda.	-	323	(323)	-
Partes Relacionadas - Ativo	-	323	(1.473)	25.104

Passivo Circulante				
	2023	Saldo incorporado	Adições	2024
GD Geração Distrib. Part. S.A.	43.206	-	-	43.206
Compartilhamento de despesas	-	7.154	3.616	10.770
Redução de capital	-	-	-	423
Partes Relacionadas - Passivo	43.206	7.154	3.616	54.399

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2024	Adição por redução de cotas	Redução de capital	Equivalência patrimonial
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	17.648	-	(17.214)	375
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	15.994	-	-	(34)
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	1.160	-	(660)	17
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	10.786	-	-	41
UFV GDDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	26.393	(25.592)	1.370
UFV GDDPAR MGI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	3.393	-	(13)
Total de Investimentos	45.588	29.786	(43.466)	1.756

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

Investidas				
	2023	2024	2025	2024
UFV GDDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	100	100	517	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	10.827
Saldo de Investimentos	-	536	45.588	-

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

Saldo Inicial	Saldo incorporado em 2025	Controladora				Saldo Final	Consolidado				Saldo Final		
		Adição	Baixa	Transferências inter-company	Transferências		Adição	Baixa	Transferências inter-company	Transferências			
25.322	-	380	(14.275)	-	(5.021)	6.406	28.348	1.290	-	(2.964)	(13.885)	-	7.683
4.613	-	6.009	(483)	546	(9.174)	1.511	4.613	-	6.361	(265)	(483)	547	1.444
508	-	-	-	-	-	508	1.471	-	-	-	-	-	1.471
16	(1)	-	-	-	(5)	10	18	-	-	-	-	(2)	10
7	(2)	20											

GDPAR SN Participações em Projetos Solares									
e R\$ 759 compõe a despesa financeira, no resultado do exercício. 15 Debêntures									
		Consolidado							
Operação:	Instituição	2025	2024						
Debêntures simples (a)	Oliveira Trust	-	337.849						
Debêntures incentivadas (b)	Oliveira Trust	397.053	-						
Total		397.053	337.849						
Circulante (d) e ©		397.053	337.849						
Não Circulante		-	-						
(a) Emissão de debêntures de série única, não conversíveis em ações, emitidas em 17 de agosto de 2022 pela GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A, com vencimento de 100% do principal (bullet) em 26 de fevereiro de 2025. As operações estavam sujeitas a juros de 2,35% ao ano periodicidade de pagamento semestral, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (c) Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia realizou a oferta pública da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura datado de 29 de janeiro de 2025. A emissão ocorreu com a Companhia na qualidade de Emissora, a Oliveira Trust DTVM S.A. como Agente Fiduciária e a OFEA Securitizadora S.A. como companhia securitizadora. A emissão está dividida em duas séries, com as seguintes características e remunerações: • a Primeira série (denominada "Série Ponte"): R\$ 380.000, atualização monetária indexada de 100% do CDI, juros de 2,51% ao ano pagos no vencimento mensalente; • a Segunda série (denominada "Série Incentivada"): Limite de até R\$ 425.000. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA. O spread que incidirá sobre o valor atualizado será calculado de acordo com a taxa indicativa Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 15 de agosto de 2032 (NTN-B 32) apurada no fechamento da data de determinação do fixing das debêntures da segunda série (Série Incentivada) acrescida exponencialmente de 1,525% ao ano, base 252 dias úteis. A primeira série, em função da "Série Ponte", foi totalmente subscrita e integralizada no dia 14 de fevereiro de 2025, é a operação de caráter transitório, onde os recursos captados foram direcionados para o resgate antecipado da debênture simples da 1ª emissão, conforme demonstrado na nota explicativa n.15 e letra "c". Já a segunda série, chamada de "Série Incentivada" foi totalmente subscrita e sua integralização ocorreu em 22 de maio de 2025, onde os recursos captados serão direcionados para o resgate obrigatório da Série "Ponte", conforme condições estabelecidas na Escritura de Emissão. Dessa forma, a primeira e a segunda série jamais coexistirão. Em 18 de fevereiro de 2025, a Companhia efetuou o resgate antecipado total facultativo da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme os termos da respectiva escritura. O montante total liquidado foi de R\$ 344.814, dos quais R\$ 323.629 referem-se ao valor principal e R\$ 21.185 correspondem aos juros. As debêntures possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia e das controladas (vide nota explicativa 1) e fiança prestada pela controladora da Companhia, GDSun. (b) A Companhia não atingiu o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2, estabelecido em contrato. Em função disso, o montante de R\$ 364.311, originalmente classificado no passivo não circulante, foi reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2025, conforme exigido pelas normas contábeis vigentes. Em 27 de março de 2026, a instituição financeira emitiu formalmente um documento de "waiver" (perdão de descumprimento), autorizando a manutenção da dívida sem a exigência de liquidação antecipada. Consequentemente, este montante será reclassificado para o longo prazo nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2026. Vide notas explicativas: 1.2 (Continuidade Operacional) e 2.5 (Eventos Subsequentes). (d) O descumprimento do ICSD refletiu, de forma pontual, o efeito de custos e despesas de natureza operacional/retrativas incorridos ao longo de 2025 no âmbito de uma iniciativa estruturada da Administração voltada à recuperação e otimização da performance operacional das usinas da Companhia. Tais dispêndios, embora tenham impactado temporariamente o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, foram necessários para restabelecer os parâmetros operacionais do portfólio e não refletem deterioração estrutural da capacidade de geração de caixa da Companhia. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 1.2 (Continuidade Operacional). (e) Movimentações no saldo das Debêntures									
		Consolidado							
2024		2025							
	Juros	Captação	Pagamento a terceiros /captação	Amortização custo transação	Pagamentos de juros	Liquidação de debêntures	Saldo Final		
Tipo									
Debêntures	337.849	51.122	791.183	(395)	(57.911)	(725.585)	397.053		
Total	337.849	51.122	791.183	-	(395)	(57.911)	(725.585)	397.053	
Circulante	337.849	-	-	-	-	-	397.053		
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-		
		Consolidado							
2023		2024							
	Juros	Amortização custo transação	Pagamentos de juros	Saldo Final					
Tipo									
Debêntures	338.691	41.693	2.223	(44.758)	337.849				
Total	338.691	41.693	2.223	(44.758)	337.849				
Circulante	14.393	-	-	-	337.849				
Não circulante	324.298	-	-	-	-				
(v) Vencimento das Debêntures:									
		Consolidado							
Período		2025	2024						
2025		26.590	337.624						
2026		25.015	-						
2027		27.122	-						
2028		26.912	-						
2029		291.045	-						
2030 e após		397.053	337.624						
Total		397.053	337.624						
16 Provisão para desmobilização - Para a Companhia e suas controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou no tempo das fluxos de caixa estimados. Os custos com desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para desmobilização na controladora e consolidado totaliza R\$ 4.973 e R\$ 5.441, respectivamente (R\$ 3.705 na controladora e R\$ 4.045 no consolidado em 31 de dezembro de 2024). 17 Patrimônio líquido - a. Capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, subscrito e integralizado, conforme Assembleia Geral Extraordinária é de R\$ 160.052 (R\$ 143.209 em 2024), representado por 204.563.669 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo.									
		Consolidado							
31 de dezembro de 2025 - Acionistas		Ações ordinárias	%	R\$					
GD Geração Distribuída Participações S.A.		204.563.669	100	160.209					
		204.563.669	100	160.209					
31 de dezembro de 2024		Ações ordinárias	%	R\$					
GD Geração Distribuída Participações S.A.		204.563.669	100	143.209					
		204.563.669	100	143.209					
Em 18 de setembro de 2024 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 95.971, com a conferência de quotas das sociedades de propósito específico descritas na nota explicativa de nº 1.1.1(a), de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 77.238 para R\$ 143.209, sem a emissão de novas ações, permanecendo as 204.563.669 ações. Em 31 de janeiro de 2025 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária duas transações societárias, sendo: i) aumento do capital social em R\$ 23.756 com integralização mediante conferência das participações societárias detidas pela GDSun, para a Companhia, nas empresas: i) UVF GDPAR SMI Equip. Fotovoltaicos S.A. avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 3.393; e (ii) UVF GDPAR SPI Equip. Fotovoltaicos Ltda, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 26.392, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 143.209 para R\$ 172.995. A abertura dos saldos destas empresas está demonstrada na nota explicativa 1.1 (a); ii) a redução de capital em R\$ 26.787 com a versão do acervo cindido para a GDPAR SP, correspondente às participações nas empresas: UVF GDSUN P1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda., avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 15.960 e UVF Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda., avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 10.827, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 172.995 para R\$ 146.208. A abertura dos saldos destas empresas está demonstrada na nota explicativa 1.1 (b). Em ambas as transações não ocorreu alteração na quantidade de ações existentes da Companhia, permanecendo as 204.563.669 ações. Em 28 de março de 2025 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 13.298, com a integralização de AFAC aportados pela controladora, GDSun, e já registrado no patrimônio líquido da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 146.208 para R\$ 159.506, sem a emissão de novas ações, permanecendo as 204.563.669 ações. Em 10 de abril de 2025 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 546, por meio da transmissão a Companhia da propriedade de módulos fotovoltaicos, aportados pela controladora, GDSun, e já registrado no patrimônio líquido da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 159.506 para R\$ 160.052, sem a emissão de novas ações, permanecendo as 204.563.669 ações. b. Reservas: Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Destinação de Lucros - Conforme o estatuto social da Companhia, todo o lucro remanescente após a constituição da reserva legal, serão revertidos ao caixa da Companhia e direcionados para reinvestimento nos negócios da Companhia. Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas. c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: Valores aportados pela controladora a título de adiantamento para futuro aumento de capital, de forma a garantir liquidez de suas transações. Conforme descrito no item "a) Capital Social", em 2025 a Companhia converteu integralmente o valor do AFAC de R\$ 13.298 em capital social. 18 Receita operacional líquida									
		Controladora		Consolidado					
	2025	2024	2025	2024					
Receita operacional bruta									
Receita de serviços prestados	80.453	20.276	88.472	57.465					
Receita de serviços prestados (créditos) (a)	5.269	12.936	3.030	13.057					
Subtotal Receita operacional bruta	85.722	33.212	91.502	70.522					
Deduções									
Impostos sobre as vendas	(8.508)	(3.095)	(8.735)	(4.800)					
Receita operacional líquida	77.214	30.117	82.767	65.722					
(a) Referir-se às receitas a faturar decorrentes da diferença entre a geração líquida das Usinas Fotovoltaicas (UFVs) e as compensações obtidas nas faturas emitidas aos clientes. O faturamento ocorre mensalmente com base no pedido (acordo) de compensação de créditos de energia, aprovado entre o cliente e a companhia. Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados									
		Controladora		Consolidado					
	2025	2024	2025	2024					
Receita de Serviços Prestados									
Receita de locações	69.729	32.116	75.322	59.814					
Receita de operação e manutenção	15.993	1.096	16.180	10.708					
Total receita serviços prestados	85.722	33.212	91.502	70.522					
Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 1.059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A GDPAR SN tem como principais clientes a Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Magazine Ltda S.A, TIM S.A, RAZEN GD S.A e Claro S.A. 19 Custos das vendas									
		Controladora		Consolidado					
	2025	2024	2025	2024					
Depreciação das usinas	(16.655)	(5.723)	(18.063)	(14.125)					
Depreciação desmobilização	(20)	(67)	(6)	(249)					
Depreciação direito de uso	(613)	(139)	(677)	(499)					

Seguros	(1.566)	(396)	(1.691)	(1.386)
Compartilhamento (Salários e encargos - Times: O&M, GDE e SSMA) - (a)	(5.324)	(1.615)	(5.775)	(3.974)
Compartilhamento (outras despesas - Times: O&M, GDE e SSMA)	(3.245)	(1.143)	(3.527)	(2.335)
Serviços contratados (Vigilância, operação e manutenção e outros)	(3.158)	(973)	(3.377)	(3.599)
Outros custos	(1.897)	(430)	(2.049)	(1.518)
Crédito PIS e COFINS sobre depreciação	3.584	1.336	3.602	1.336
Total	(28.894)	(9.150)	(31.563)	(26.349)

(a) Referir-se a custos administrativos que são incorridos e pagos por outras empresas do grupo e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes. **20 Despesas gerais e administrativas**

Controladora		Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Serviços tomados (advogados, publicidade, contabilidade e outros)	(1.440)	(1.084)	(1.545)	(1.677)
Despesas com pessoal compartilhadas - (a)	(2.862)	(525)	(3.117)	(1.798)
Despesas Tributárias	(297)	(83)	(313)	(190)
Outras despesas gerais e administrativas	(643)	(467)	(693)	(1.190)
Total	(5.242)	(2.159)	(5.668)	(4.855)

(a) Referir-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas por outras empresas do grupo e posteriormente rateadas para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes. **21 Resultado financeiro**

Controladora		Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Receitas Financeiras	5.176	433	5.363	1.039
Recebimentos de aplicações financeiras	25	14	25	19
Total	5.201	447	5.388	1.058

Despesas Financeiras	(51.122)	(41.693)	(51.122)	(41.693)
Juros de empréstimos e financiamentos	(2.281)	(588)	(2.537)	(1.868)
Juros sobre arrendamento	(401)	(233)	(459)	(503)
Juros sobre provisão de desmobilização	(395)	(2.516)	(395)	(2.516)
Amortização dos custos dos empréstimos	(17)	(5)	(20)	(52)
Despesas bancárias	(40)	(12)	(40)	(30)
Juros, multas e outras despesas	(54.296)	(45.047)	(54.573)	(46.682)
Total	(49.055)	(44.600)	(49.185)	(45.604)

22 Imposto de renda e contribuição social - controladora - (i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real - 2025. a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social 2025

2025		2024	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.164)	(14.282)	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	
Cálculo pela alíquota fiscal combinada	1.415	4.852	
(+) Adições da base de cálculo			
(+) Amortização de direito de uso	209	48	
(+) Juros sobre arrendamento mercantil	776	200	
(+) Amortização provisão de descomissionamento	(7)	23	
(+) Receita a faturar e contas a receber (SPes incorporadas) (a)	224	8.242	
(+) Juros com provisões de descomissionamento	136	79	
(+) Depreciação contábil	5.663	1.946	
(+) Exclusões da base de cálculo			
(-) Equivalência patrimonial	(597)	(3.914)	
(-) IRPJ e CSLL SPes incorporadas (b)	-	(470)	
(-) Arrendamentos pagos	(800)	(249)	
(-) Depreciação Fiscal (10%)	(13.304)	(4.910)	
Reversal fiscal	9.118	5.847	
Reversão de IRPJ e CSLL corrente da SPes incorporadas (b)	58	-	
Total imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente. (a) Adição de saldo de receitas a faturar e contas a receber não tributadas pelo IRPJ e CSLL nas SPes incorporadas por estarem no regime do lucro presumido-regime de caixa. (e) Exclusão do saldo de IRPJ e CSLL diferidos das SPes incorporadas por estarem no regime do lucro presumido-regime de caixa. (v) Composição de imposto diferido e contribuição social diferido - O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias entre regime de competência e regime de caixa das SPes incorporadas que estavam na sistemática do lucro presumido. As origens estão apresentadas a seguir. Os saldos dos passivos diferidos são como segue, conforme sua origem

Alíquota nominal	2025	2024
34%	-	(1.382)
	-	1.382
	-	1.382

(i) As SPes apuraram o IRPJ e o CSLL com base no regime de competência, mas efetivaram os recolhimentos pelo regime de caixa. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 1.382 mil referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado. Adicionalmente, os saldos das contas de receita a faturar e contas a receber que não haviam sido recebidos até a data do imposto de renda foram incluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia, segundo a sistemática do lucro real. (vi) **Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido**

Receita com prestação de serviços	42.301	42.301
Porcentual de presunção	31.532	31.532
Base de cálculo após presunção	10.769	11.939
Reversal financeira	(18)	511
Base de Cálculo	10.751	12.450
IRPJ - 15%	297	1.867
Adicional IRPJ - 10%	135	208
CSLL - 9%	178	1.121
Total de IRPJ e CSLL	(572)	(3.196)
IRPJ e CSLL pago	405	3.833
IRPJ e CSLL a pagar	167	383

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estavam enquadradas em 2025 e em 2024 no regime de tributação do lucro presumido. **23 Instrumentos financeiros - a. Classificação contábil e valores justos - Consolidado.** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos li- nan. (Consolidado)	Valor Justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	42.301	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	31.532	-	-
Fornecedores	(2.687)	-	-
Debêntures	(397.053)	(397.053)	(476.464)
Passivo de arrendamento	(20.692)	(20.692)	-
Passivo de desmobilização	(5.441)	(5.441)	-
Partes relacionadas	(5.067)	(5.067)	-

Em 31 de dezembro de 2024	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos li- nan. (Consolidado)	Valor Justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	23.755	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	31.495	-	-
Fornecedores	(3.466)	-	-
Debêntures	(337.849)	(337.849)	(344.813)
Passivo de arrendamento	(19.111)	(19.111)	-
Passivo de desmobilização	(4.045)	(4.045)	-
Partes relacionadas	(55.659)	(55.659)	-
Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, desconto utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. b. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de			



COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.
CNPJ nº 61.602.199/0001-12

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024
Ativos				Passivos				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Circulantes				Circulantes				operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa		212.827	60.813	Fornecedores		142.431	154.701	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(1.203.909)	(498.505)
Aplicações financeiras		14.567	79.804	Empréstimos, financiamentos e debêntures		644.568	1.136.176	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(196.890)	(944.091)
Instrumentos financeiros derivativos		-	67.750	Instrumentos financeiros derivativos		42.610	45.828	Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		152.014	(129.572)
Contas a receber de clientes		427.239	436.342	Salários e encargos sociais		94.018	92.171	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		60.813	190.385
Estoques		143.012	144.611	Obrigações tributárias		6.289	5.014	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		212.827	60.813
Tributos a recuperar		44.962	99.152	Dividendos a pagar		1.313	1.263	As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.270	29.042	Benefícios pós-emprego		64.269	155				
Demais contas a receber		11.813	36.529	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		-	770				
Despesas antecipadas		18.966	21.940	Arrendamento a pagar		52.932	37.960				
Dividendos a receber		119	125	Demais contas a pagar		65.805	116.833				
Total dos ativos circulantes		877.775	976.108	Total dos passivos circulantes		1.117.765	1.592.305				
Não circulantes				Não circulantes				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Aplicações financeiras		674.133	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.923.473	698.430	Lucro líquido do exercício		626.643	884.490
Contas a receber de clientes		15.883	16.758	Instrumentos financeiros derivativos		11.318	3.808	Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Sociedades relacionadas		20.082	1.762	Sociedades relacionadas		6.677	6.921	Ganhos atuariais de benefício pós-emprego da controladora, líquidos de imposto de renda e contribuição social		844	77
Imposto de renda e contribuição social diferidos		112.405	86.567	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		9.605	11.652	Ganhos atuariais de benefício pós-emprego de controladas, líquidos de imposto de renda e contribuição social		191	88
Tributos a recuperar		47.586	65.942	Benefícios pós-emprego		1.070	1.955	Resultado abrangente do exercício		627.678	884.655
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.876	-	Arrendamentos a pagar		119.671	102.189	As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.			
Depósitos judiciais		40.965	93.618	Provisão para passivo a descoberto de coligadas		450	348				
Demais contas a receber		5.433	5.342	Demais contas a pagar		32.485	30.829				
Despesas antecipadas		3.815	7.757	Total dos passivos não circulantes		2.104.749	856.132				
Investimentos em controladas e coligadas		1.291.225	1.162.369	Total dos passivos		4.353.544	3.555.286				
Ativos de direito de uso, líquido		140.857	106.753	Patrimônio líquido		1.131.030	1.106.849				
Imobilizado, líquido		996.688	902.395	Capital social		611.469	611.469				
Intangível, líquido		124.821	129.915	Instrumento patrimonial outorgado		39.889	31.371				
				Reserva de reavaliação		6.091	6.149				
Total dos ativos não circulantes		3.475.769	2.579.178	Reservas de lucros		476.365	452.664				
				Reserva de capital		5.700	5.700				
Total dos ativos		4.353.544	3.555.286	Ajustes de avaliação patrimonial		531	(504)				
				Aquisição de ações com sócios		(9.015)	-				
				Total do patrimônio líquido		1.131.030	1.106.849				
				Total dos passivos		4.353.544	3.555.286				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ações)											
	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de Capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Aquisição de ações com sócios	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio Líquido Total
					Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	585.385	21.749	-	6.210	117.077	51.036	(669)	-	-	200.000	980.788
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	884.490	-	884.490
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	165	-	-	-	165
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	165	-	884.490	-	884.655
Instrumento patrimonial outorgado	-	9.622	-	-	-	-	-	-	-	-	9.622
Aumento de capital	26.084	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.084
Constituição de reserva	-	-	5.700	-	-	-	-	-	-	-	5.700
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(61)	-	61	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos provenientes de reservas	-	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Destinação do resultado líquido:											
Reserva legal	-	-	-	-	5.217	-	-	-	(5.217)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(219.818)	-	(219.818)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(330.182)	-	(330.182)
Transferência para retenção de lucros	-	-	-	-	-	329.273	-	-	(329.273)	-	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	611.469	31.371	5.700	6.149	122.294	330.370	(504)	-	-	-	1.106.849
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	626.643	-	626.643
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.035	-	-	-	1.035
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	1.035	-	626.643	-	627.678
Instrumento patrimonial outorgado	-	8.518	-	-	-	-	-	-	-	-	8.518
Aquisição de ações com sócios	-	-	-	-	-	-	-	(9.015)	-	-	(9.015)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(58)	-	58	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos provenientes de reservas	-	-	-	-	-	(330.370)	-	-	-	-	(330.370)
Destinação do resultado líquido:											
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.660)	-	(156.660)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(115.970)	-	(115.970)
Transferência para retenção de lucros	-	-	-	-	-	354.013	-	-	(354.013)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	611.469	39.889	5.700	6.091	122.294	354.071	531	(9.015)	-	-	1.131.030

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia Ultraz Gas S.A. ("Sociedade") está domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo - SP. A Sociedade atua na distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais no território nacional nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e por meio de suas controladas, nas Regiões Norte e Nordeste, na prestação de serviços de armazenagem de gás liquefeito de petróleo - GLP, com unidades nos Estados de São Paulo e Paraná e com comercialização de energia. O controlador da Sociedade é a Ultraz Participações S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na "B3" (Bolsa de Valores do Brasil) e NYSE (Bolsa de valores de Nova Iorque), a qual divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas ao público e junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 04 de março de 2026. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião da Diretoria da Sociedade em 31 de março de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão detalhadas a seguir, e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados: a) O resultado é apurado pelo princípio da competência de exercícios. b) Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável

líquido, dos dois o menor. c) Os ativos de contratos referem-se aos desdobramentos de direitos de exclusividade com clientes registrados no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas no contrato. d) Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados pelo método de equivalência patrimonial e os demais ao custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas. e) O ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado. f) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil dos bens e são revisadas anualmente. g) O intangível compreende os ativos adquiridos de terceiros, e quando aplicável são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos ou pelo método linear, levando em consideração sua vida útil e são revisadas anualmente. h) Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores realizáveis e exigíveis, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado, está representado por 3.257.494.607 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,1877 cada uma (3.257.494.607 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,1877 cada uma em 31 de dezembro de 2024). O valor total do capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 611.469 (R\$ 611.469 em 31 de dezembro de 2024). b. **Instrumento patrimonial outorgado:** A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da controladora Ultraz. c. **Reserva de re-**

avaliação: A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS Accounting Standards) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas. d. **Reservas de lucros: Reserva legal:** Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal totalizava R\$ 122.294 e representava o limite de 20% do capital social (R\$ 122.294 em 31 de dezembro de 2024). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém, não pode ser usada para distribuição de dividendos. **Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e inclui tanto a parcela do lucro líquido do exercício como a realização da reserva de reavaliação. Em 21 de fevereiro de 2025 a Sociedade distribuiu dividendos no montante de R\$ 330.370, obtidos através da conta de reserva de lucros. e. **Ajustes de avaliação patrimonial:** Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Sociedade é demonstrada conforme a seguir:

	Ganhos/(perdas) atuariais de benefícios pós-emprego
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(669)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	250
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	(85)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(504)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	1.568
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	(533)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	531

CENTRO DE CONVENIÊNCIA E SERVIÇOS PANAMBY S/A
CNPJ nº 07.012.790/0001-74
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do Centro de Conveniência e Serviços Panamby S/A, inscrita no CNPJ 07.012.790/0001-74, de acordo e nos termos do Artigo 7º, inciso I do Estatuto Social e parágrafo único do artigo 121 da Lei 6.404/76, a qual será realizada em **28 de abril de 2026, terça-feira, às 16:30h através de videoconferência** (link e dados para acesso abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Aprovação de Contas - Exercício 2025; (II) Previsão de Resultados 2026; (III) Melhorias Operacionais; (IV) Comercialização; e (V) Outros Assuntos de Interesse. As demonstrações financeiras encontram-se desde já disponíveis na sede da Companhia. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispôs a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso à videoconferência - Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/88174572043?pwd=McAKea53JP3U8rEBrF8H8d3E.1>. ID da reunião: 881 7457 2043. Senha: 652610. A Administração.

YP Real Estate Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/ME 11.653.262/0001-71 - NIRE 35.300.566.289
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Abril de 2026.
1. **Data, Hora e Local da Assembleia:** 01/04/2026, às 10h, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 4º andar, Conjunto 41, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-000 - São Paulo - SP. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade. 3. **Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital votante da Cia., constituindo, portanto, quórum legal para instalação e deliberação das matérias constantes da ordem do dia. 4. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Jéssica Fernandes Cassemiro Yabiku e secretariados por Sr. Nicolas de Paulo. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da (i) redução de capital social da Cia., por ser considerado excessivo em relação ao objeto social; e (ii) alteração o artigo 5º do Estatuto Social da Cia. 6. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: 6.1. **Redução do Capital Social:** Aprovar a redução do capital social da Cia. no montante de R\$ 300.000, passando de R\$ 2.935.805,99 para R\$ 2.935.805,99, nos termos do artigo 173, inciso I, da Lei nº 6.404/76, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social. A redução será realizada mediante o cancelamento de ações de emissão da Cia., de forma proporcional à participação dos acionistas, sendo canceladas: • (i) 8.634 ações de titularidade de Paladin Realty YI Homes Investors (Brazil), LLC; e • (ii) 3.700 ações de titularidade de You Inc Incorporadora e Participações S.A. Em decorrência do cancelamento ora aprovado, o capital social da Cia. passa a ser de R\$ 2.935.805,99, dividido em 120.702 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: • Paladin Realty YI Homes Investors (Brazil), LLC: 84.491 ações; • You Inc Incorporadora e Participações S.A.: 36.211 ações. Para fins de consistência operacional, eventuais diferenças decorrentes de arredondamento na conversão do valor da redução em número inteiro de ações são ajustadas no cálculo acima, sem alteração relevante da proporção societária entre os acionistas. 6.2. **Alteração do Estatuto Social:** Em decorrência da redução aprovada, o artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Cia. é de R\$ 2.935.805,99, dividido em 120.702 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." Acionista: Paladin Realty YI Homes Investors (Brazil), LP. 6.3. **Nº de Ações Ordinárias:** 84.491. 6.4. **Nº de Ações Preferenciais Classe A:** 0. **Total:** 120.702. 6.5. **Direito de Oposição de Credores:** A redução de capital somente se tornará eficaz após o decurso do prazo de 60 dias contados da publicação desta ata, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76, respeitado o direito de oposição de credores. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Jéssica Fernandes Cassemiro Yabiku: Presidente da Mesa - Nicolas de Paulo Miné: Secretário da Mesa; Acionistas: Paladin YI Homes Investors (Brazil) LLC (atual razão social da antiga Paladin Realty YI Homes Investors (Brazil), LP) p. Valter Rabotzke Junior; You Inc Incorporadora e Participações S.A.: p. Felipe Dantas Rocha Coelho e Rafael Mentor Azulline de Melo. A presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. São Paulo, 01/04/2026. **Jéssica Fernandes Cassemiro Yabiku** - Presidente da Mesa, **Nicolas de Paulo Miné** - Secretário. **Acionistas: Paladin YI Homes Investors (Brazil), LLC, p.p Valter Rabotzke Junior, You Inc Incorporadora e Participações S.A. p.p Felipe Dantas Rocha Coelho, p.p Rafael Mentor Azulline de Melo.**

SPE LEBLON INCORPORADORA S.A.
CNPJ nº 07.093.805/0001-76 - NIRE 33.3.00300008-2
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2026
Data, hora, local: 06.03.2026, 15h, sede social, Av. Ataulfo de Paiva, nº



	2025	2024
Direito de Uso de Superfície (a)	15.417	14.854
(-) Depreciação Acumulada	(2.338)	(1.808)
Total Direito de Uso	13.079	13.046

Movimentação de 2025

	2024	2025
Remensurações		
Saldo Final		
Direito de Uso de Superfície	14.854	563
(-) Depreciação Acumulada	(1.808)	(530)
Total de Direito de Uso	13.046	33

Movimentação de 2024 - controladora

	2024	2025
Remensurações		
Saldo Final		
Direito de Uso de Superfície	14.542	312
(-) Depreciação Acumulada	(1.376)	(432)
Total de Direito de Uso	13.166	(120)

	2024	2025
Remensurações		
Saldo Final		
Direito de Uso de Superfície	14.112	564
(-) Depreciação Acumulada	(14.112)	(564)
Total de Arrendamentos	0	0

Movimentação de 2024 - controladora

	2024	2025
Remensurações		
Saldo Final		
Direito de Uso de Superfície	13.819	312
(-) Depreciação Acumulada	(13.819)	(312)
Total de Arrendamentos	0	0

	2025	2024
Instituição		
Debêntures simples (a)	184.210	187.448
Total	184.210	187.448

	2025	2024
Juros Pagamentos		
Circulante (b)	184.210	13.498
Não Circulante	-	173.950

(a) Em 24 de abril de 2025, ocorreu a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Companhia não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fiduciária, em série única, no montante de R\$ 185.060 debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 185.060.000, com vencimento em 24/10/2039, podendo vencer antecipadamente somente nas hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Escritura. O valor nominal unitário das Debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor atualizado será acessado um spread de 9,3281% ao ano, base 252 dias desde a data de integralização. As Debêntures são garantidas por meio de (i) Alienação fiduciária sobre equipamentos presentes e futuros; e (ii) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia detidas pela controladora e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência da escritura de debêntures, o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,20. A administração da Companhia efetua acompanhamento das cláusulas contratuais para que sejam atendidas. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, à adimplência financeira e manutenção de garantias. (c) A Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2, estabelecido em contrato. Em função disso, o montante de R\$ 169.945, originalmente classificado no passivo não circulante, foi reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2025, conforme exigido pelas normas contábeis vigentes. Em 27 de março de 2026, a instituição financeira emitiu formalmente um documento de "waiver" (perdão de descumprimento), autorizando a manutenção da dívida sem a exigência de liquidação antecipada. Consequentemente, este montante será reclassificado para o evento prazo nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2026. Vide notas explicativas: 1.2 (Continuidade Operacional) e 26 (Eventos Subsequentes). (d) O descumprimento do ICSD refletiu, de forma pontual, o efeito de custos e despesas de natureza extraordinária incorridos ao longo de 2025 no âmbito de uma iniciativa estruturada da Administração voltada à recuperação e otimização da performance operacional das usinas da Companhia. Tais dispêndios, embora tenham impactado temporariamente o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, foram necessários para estabelecer os parâmetros operacionais do portfólio e não refletem deterioração estrutural da capacidade de geração de caixa da Companhia. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 1.1 (Continuidade Operacional). (ii) **Movimentações de 2025 no saldo das debêntures**

	2024	2025
Captação		
Amortização de transação (a)	-	-
Custos de transação		
Juros	12.943	(190.919)
Pagamentos (principal) (b)	(5.272)	(7.645)
Pagamentos (juros) (c)	(9.589)	-
Saldo Final	187.447	184.210

Tipo

Debêntures 1ª Série, 1ª emissão	187.447	-
Debêntures 1ª Série, 2ª emissão	184.593	-
Total	187.447	184.593

Movimentação de 2024 - controladora

	2023	2024
Captação		
Amortização de transação (a)	-	-
Custos de transação		
Juros	17.349	(180.892)
Pagamentos (principal) (b)	(9.670)	(8.748)
Pagamentos (juros) (c)	-	-
Saldo Final	173.950	184.210

(a) Saldo líquido referente a R\$ 185.060 do total da emissão das debêntures, reduzido pelos custos de captação no total de R\$ 7; (b) Em maio de 2025 a companhia liquidou as debêntures da primeira série, emitida em abril de 2024, no montante de R\$ 185.712. (c) Juros pagos em relação à primeira série no total de R\$ 1.055. (ii) **Movimentações de 2024 no saldo das debêntures**

	2023	2024
Captação		
Amortização de transação (a)	-	-
Custos de transação		
Juros	17.349	(180.892)
Pagamentos (principal) (b)	(9.670)	(8.748)
Pagamentos (juros) (c)	-	-
Saldo Final	173.950	184.210

(a) Saldo líquido referente a R\$ 190.000 do total da emissão das debêntures, reduzido pelos custos de captação no total de R\$ 1.849. (iii) **Fluxo de vencimento das debêntures:**

	2025	2024
2025	-	13.498
2026	14.897	10.961
2027	12.488	11.940
2028	13.336	12.723
2029	12.963	12.738
2030 e após	130.526	125.588
Total	184.210	187.448

O fluxo apresentado na tabela acima reflete o cronograma de pagamentos estabelecido contratualmente na Escritura de Emissão de Debêntures. Conforme detalhado na Nota 14 e na Nota 25, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Todavia, a Administração obteve, junto aos financiadores o "waiver" (perdão de descumprimento), autorizando a manutenção da dívida sem a exigência de liquidação antecipada. **15 Provisão para desmobilização** - A Companhia explora parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na temporidade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo objeto. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para desmobilização totaliza R\$ 3.600 do valor de R\$ 2.447 em 31 de dezembro de 2024). **16 Patrimônio líquido - a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 13 de março de 2025, é de R\$ 28.807 (R\$ 27.070 em 2024), representado por 242.786.866 ações ordinárias e preferências, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo.

	2025	2024
Ações ordinárias		
Ações Preferenciais		
%	100	100
R\$	28.807	28.807

	2025	2024
Ações ordinárias		
Ações Preferenciais		
%	100	100
R\$	27.070	27.070

Em 31 de março de 2025 foi deliberado e aprovado por meio de ata de assembleia geral extraordinária "AGE" o aumento do capital social, no montante de R\$1.737, com aporte de ativos: Módulos fotovoltaico, passando o capital de R\$28.070 para R\$29.807, permanecendo a mesma quantidade de ações. Os respectivos ativos foram incorporados ao ativo imobilizado da Companhia. **b. Reservas: Reserva legal.** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Destinação de lucros:** Conforme o instrumento particular de escritura da 1ª emissão debêntures simples, a Companhia está impedida de realizar distribuição de lucros, apurados em qualquer período, até a quitação integral da respectiva debênture. Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas. **17 Receita operacional líquida**

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
Receita operacional bruta			
Receita de serviços prestados	42.766	36.364	45.090
Receita de serviços prestados (não faturado)	2.338	2.126	2.126
Subtotal Receita operacional bruta	45.104	38.490	47.216

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
Deduções			
Impostos sobre as vendas	(4.520)	(3.577)	(4.035)
Receita operacional líquida	40.584	34.913	43.181

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
Receita operacional bruta			
Receita de operações e manutenção	37.017	33.822	39.616
Receita de operações e manutenção	8.087	4.668	7.500
Subtotal Receita operacional bruta	45.104	38.490	47.216

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução Normativa Nº 1.059 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 20 anos. A Companhia tem como principais clientes a Órgão Energia e Claro S.A.

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
18 Custos das vendas			
Depreciação das usinas	(8.137)	(6.396)	(7.670)
Depreciação desmobilização	(60)	(157)	(169)
Depreciação de direito de uso	(531)	(432)	(515)
Manutenção	(853)	(465)	(817)
Salários e encargos (a)	(2.737)	(1.557)	(2.316)
Outros custos	(1.863)	(1.128)	(1.317)
Outros custos - seguros e outros	(1.476)	(398)	(884)
Total	(15.457)	(10.933)	(13.688)

(a) Refere-se a custos administrativos que são incorridos e pagos por outras empresas ligadas e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes. **19 Despesas gerais e administrativas**

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
Despesas com pessoal compartilhadas (a)			
Outras despesas gerais e administrativas	(595)	(704)	(755)
	(1.129)	(860)	(1.078)
	(771)	(523)	(660)
Total	(2.495)	(2.087)	(2.493)

(a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas por outras empresas ligadas e posteriormente rateadas para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes. **20 Resultado financeiro**

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
Receitas Financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	2.726	598	753
Variação cambial ativa	-	274	273
Outras receitas	13	1	4
Total	2.739	873	1.030

	Individual	Individual	Consolidado
	2025	2024	2024
Despesas Financeiras			
Juros de debêntures	(25.477)	(24.720)	(24.720)
Juros sobre arrendamentos	(1.712)	(1.381)	(1.659)
Juros sobre provisão de desmobilização	(143)	(315)	(386)
Amortização dos custos dos empréstimos	(118)	(365)	(365)
Despesas bancárias	(5)	(4)	(7)
Outras despesas	(27)	(59)	(60)
Total	(27.482)	(26.844)	(27.197)

21 Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real. a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.330)	(299)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(792)	(102)

Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:

- (+) Amortização de direito de uso: 180
- (+) Juros sobre arrendamento mercantil: 582
- (+) Amortização provisão de descomissionamento: 20
- (+) Receita a faturar e contas a receber (SPES incorporadas) (a): 1.424
- (+) Juros com provisões de descomissionamento: 49
- (-) Depreciação contábil: 2.766

Inclusões

- (-) Equivalência patrimonial e perdas em controladas: -
- (-) IRPJ e CSLL SPES incorporadas (b): -
- (-) Arrendamentos pagos: (611)
- (-) Depreciação Fiscal (10%): (5.908)

	2025	2024
Total imposto de renda e contribuição social corrente	(3.714)	1.949
Taxa Efetiva	0%	0%

(a) Adição de saldo de receitas a faturar e contas a receber não tributados pelo IRPJ e CSLL nas SPES incorporadas por estarem no lucro presumido-regime de caixa. (b) Exclusão do saldo de IRPJ e CSLL diferidos das SPES incorporadas por estarem no regime do lucro presumido-regime de caixa. **b. Composição de imposto diferido e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir: Os saldos dos passivos diferidos são segue, conforme sua origem:

	Alíquota nominal	2025	2024
Diferenças temporárias			
Diferenças temporárias	9,242	6.409	6.409
Prejuízo fiscal	34%	(10.924)	(5.735)
Total créditos (débitos) fiscais brutos		(1.682)	674

(=) **Tributos diferidos**

Reversão IRPJ e CSLL diferidos das SPES incorporadas (i)

Movimentação do exercício

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2024 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A Companhia elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 5 anos. (i) As SPES apuraram o IRPJ e a CSLL com base no regime de competência, mas efetivaram os recolhimentos pelo regime de caixa, gerando com isso diferenças temporárias. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 339 referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado. Adicionalmente, os saldos das contas de receita a faturar e contas a receber que não haviam sido recebidos até a data da incorporação foram incluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia, seguindo a sistemática do lucro real. **22 Instrumentos financeiros** - Classificação contábil e valores justos. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2025	2024
Ativos e passivos finan. a custo Outros passivos finan. valor justo Nível 2		
amortizado (Consolidado)		
(Consolidado)		

Caixa e equivalentes de caixa 1.503 1.503

Contas a receber de clientes e outros recebíveis 9.103 9.103

Depósitos vinculados 19.983 19.983

Forneceores (29) (29)

Debêntures (184.210) (184.210)

Passivo de arrendamento (14.591) (14.591)

Passivo de desmobilização (3.600) (3.600)

Partes relacionadas (1.356) (1.356)

Em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.492	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7.687	-
Depósitos vinculados	21.644	-
Forneceores	(471)	-
Debêntures	(187.447)	(187.447)
Passivo de arrendamento	(14.112)	-
Passivo de desmobilização	(2.447)	-
Partes relacionadas	(1.347)	-

* Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). a. Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contradas versus condições vigentes no mercado. O gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros. (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. A empresa por estar na sua maioria das operações em fase pré-operacional, não apresentou saldo em contas a receber no período analisado. A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta ou aceitar de alguma concorrência. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias. Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, a Companhia adota como pre-

missa, investir em instituições financeiras de grande porte. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" foi de R\$ 1.503.2024 consolidado: R\$ 1.492. Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha. (ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Forneceores	29	29	-	-
Debêntures (Nota 15)	18			

GD Geração Distribuída Participações S.A.

CNPJ 34.656.852/0001-53

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	169	258	17.084	69.998	Fornecedores	17	5.715	5.475	14.086	16.664
Aplicação financeira restrita	9	-	-	1.186	-	Empréstimos e financiamentos	18	-	62.815	591.933	419.469
Depósitos vinculados	10	-	-	-	6.681	Obrigações sociais	18	1.902	1.472	1.902	1.472
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	12	-	-	45.084	43.483	Obrigações fiscais	19	19	55	99	626
Adiantamentos a fornecedores		371	194	839	851	Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	276	1.461
Impostos a recuperar		1.721	1.562	7.910	6.043	Passivo de arrendamento	16	1.002	966	11.712	7.321
Créditos com partes relacionadas	11	58.254	106.709	-	-	Outras contas a pagar	1	-	-	3	-
Outras contas a receber		712	645	2.589	1.220	Total do passivo circulante	8.639	70.783	620.903	448.020	
Total do ativo circulante		61.227	109.368	74.692	128.276	Passivo não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	18	-	-	148.631	302.059
Aplicação financeira restrita	9	-	-	6.291	6.254	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	1.305	229
Depósitos vinculados	10	-	-	58.503	14.963	Outras contas a pagar	16	5.259	4.264	55.069	54.589
Outras contas a receber		85	85	85	85	Provisão para desmobilização	19	-	-	11.517	7.752
Depósitos judiciais		-	-	-	93	Partes por pagar com investimentos	13	225	-	-	-
Ativo não circulante						Outras contas a pagar	11	19	1.700	-	-
Outros ativos	14	31.950	31.246	-	-	Total do passivo não circulante	5.503	5.964	217.455	368.426	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	-	-	-	-	Patrimônio líquido					
Investimentos	13	253.201	294.965	-	-	Capital social	20	487.600	487.600	487.600	487.600
Imobilização	14	2.050	1.726	975.757	963.202	Transações com acionistas		(9.328)	(9.328)	(9.328)	(9.328)
Ativo de direito de uso	16	5.396	4.412	59.162	56.675	Prejuízos acumulados		(103.103)	(85.710)	(103.103)	(85.710)
Ativo intangível	15	35.402	14.185	38.944	39.476	Total do patrimônio líquido	375.169	392.562	375.169	392.562	
Total do ativo não circulante		328.084	359.941	1.138.835	1.080.732	Total do passivo e patrimônio líquido	388.311	469.309	1.213.527	1.209.008	
Total do ativo		389.311	469.309	1.213.527	1.209.008						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2024								
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(65.072)	-	(65.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2024						(65.072)	-	(65.072)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(85.710)	-	(85.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2025						(103.103)	-	(103.103)

As notas explicativas das administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - (Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A GD Geração Distribuída Participações S.A. ("Companhia" ou "GDun") é uma sociedade por ações de capital fechada, constituída em 26 de agosto de 2019, com sede localizada na Rua Iguaçu, 192, Edifício Iguaçu Office Building, 13º andar CJ 133 sala 2, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-010. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretas ou indiretamente em conjunto, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica. A Companhia, por meio de suas subsidiárias, desenvolve e opera usinas fotovoltaicas de geração distribuída. Atualmente, possui um portfólio com mais de 70 projetos em fase operacional e 24 em fase de implantação e desenvolvimento. As usinas fotovoltaicas são arrendadas em contratos de longo prazo, nos quais o locatário utiliza a energia gerada para compensação em suas unidades consumidoras, na modalidade de geração distribuída, conforme previsto na Lei n.º 14.300/2022. Entre os principais clientes do Grupo destacam-se: Raia Drogasil, Telefônica Brasil, Claro, Magazine Luiza, Raizen, Órgão, Sannessol, Evolução, DPSP, BOWE, Luz e TIM, além de concessionárias de saneamento e outros operadores do mercado. No exercício de 2025, a Administração implementou uma iniciativa estruturada voltada à recuperação e otimização da performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas do Grupo. Essa iniciativa demandou a realização de custos e despesas de natureza extraordinária ao longo do exercício, com impacto temporário sobre os indicadores financeiros das investidas. Como resultado, as usinas foram restabelecidas aos parâmetros operacionais planejados, fortalecendo a base de geração de caixa para os exercícios subsequentes. Os efeitos contábeis decorrentes dessa estratégia estão detalhados nas Notas Explicativas n.º 1.3 (Continuidade Operacional) e n.º 13 (Empréstimos, Financiamentos e Debêntures). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

1.1 Relação das entidades controladas:**Controladas diretas:**

	2025	2024
GDPAR SR PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS SOLARES S.A. (GDPAR SR)	100	100
GDPAR SP PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS SOLARES LTDA (GDPAR SP)	100	100
GDPAR SN PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS SOLARES S.A. (GDPAR SN)	100	100
UFV GDPAR ALL EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR BAI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR BAS EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR BAB EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR BAZ EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR BEI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CEI FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CEJ EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CEA EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CES EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CEE EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR GO1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR-GV BAZ EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR MGI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR MSI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR MTI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR MTZ EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR PEI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR RIZ EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP15 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP16 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP17 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP22 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR-GV PAI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
ANDRÔMEDA EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A.	100	100
BURITZEIRO EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A.	100	100
GDPAR SR PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS SOLARES LTDA	100	100
UFV GDPAR SFI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDSUN P92 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	-

Controladas indiretas:

	2025	2024
UFVs Raia Drogasil - GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A		
UFV GDPAR-SN 4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV PENAMBUCO II EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDSUN P81 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	100
GDPAR SP Participações em Projetos Solares LTDA		
UFV GOVERDE CEARÁ ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	100
UFV GOVERDE PENAMBUCO 2 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	100
ALUGUEL SOLAR SÃO FRANCISCO ENERGIA RENOVÁVELS LTDA	100	100
UFV GDPAR GV CEI FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR GV PEI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR GV BAI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
Subholding GDPAR SR PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS SOLARES LTDA.		
CSP ESPLENDOR ENERGIA LTDA	100	100
GUARARÉ ENERGIA LTDA	100	100
SOLANO ENERGIA LTDA	100	100
UFV GDPAR DF1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP5 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100

1.2 Continuidade operacional: (i) **Situação do Capital Circulante Líquido:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 507.694 (R\$ 319.744 apurado em 31 de dezembro de 2024), no consolidado. Tal situação decorre, principalmente, da reclassificação de passivos financeiros de longo prazo para o passivo circulante das investidas GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A., no montante de R\$ 169.945; e GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A., no montante de R\$ 364.369; (ii) **Descumprimento de Covenants e Waiver:** A referida reclassificação foi motivada pelo descumprimento do índice financeiro de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme previsto nos contratos de financiamentos das investidas. Cumpre esclarecer que o descumprimento do ICSD no exercício de 2025 resultou de uma estratégia adotada pela Administração com o objetivo de recuperar e estabilizar a performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas do Grupo. Ao longo do exercício, foram realizados investimentos e incorridos custos e despesas de natureza extraordinária, voltadas à adequação técnica e operacional dos ativos, que impactaram temporariamente os indicadores de geração de caixa das investidas. Como resultado desta iniciativa, as usinas foram trazidas aos parâmetros operacionais planejados, consolidando a base para a plena geração de caixa nos exercícios subsequentes. A estratégia adotada e seus fundamentos foram integralmente apresentados e discutidos com os credores, que reconhecem a caráter pontual e não recorrente do evento. Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente a instituição financeira, o "waiver" (dispensa do cumprimento) relacionado ao referido "covenant". Embora o documento indique efeito retroativo a 2025 e evidencie a intenção dos credores de não exigir a liquidação antecipada da dívida, por se tratar de evento subsequente à data-base das demonstrações financeiras. Considerando que os "waivers" foram obtidos junto à instituição financeira, relacionados aos covenants financeiros das investidas GDPAR SR e GDPAR SN, no montante de R\$ 534.314, sendo R\$ 364.369 relativos à 2ª Emissão da GDPAR SN e R\$ 169.945 relativos à 2ª Emissão da Administração, houve a reclassificação de obrigações, no primeiro trimestre de 2026, do passivo circulante para o ativo não circulante, sendo integralmente revertida o CCL negativo, o que resultou em um Capital Circulante Líquido positivo de R\$ 26.620. (iii) **Plano de Mitigação:** A Companhia avalia que sua continuidade operacional está assegurada, pois mantém capacidade de gerar fluxo de caixa operacional positivo, suficiente para suportar suas atividades, cumprir obrigações e financiar suas operações correntes. Esse fluxo de caixa recorrente é o principal fator que sustenta a manutenção normal dos negócios. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores da Companhia em 31 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (j) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 16-Arrendamentos Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros; (b) Incertezas sobre premissas e estimativas; As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados. • Nota 27 - Provisões-Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos. **6 Principais políticas contábeis materiais:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultarem em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 16 - Arrendamentos - Prazo de arrendamento, se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota explicativa 19 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe



... continuação

UFV GDPAR SP3 Equip. Fotovoltaicos Ltda	-	300	
UFV GDPAR SP1 Equip. Fotovoltaicos Ltda	-	1.125	
Partes relacionadas - Ativo	58.254	106.709	

(a) Compartilhamento de despesa da Companhia, conforme contrato, para as investidas (SPEs) relacionadas na nota explicativa 1.1. (b) Em 2022 ocorreu a redução de capital da GDPAR SN no montante de R\$ 127.156. Até 2025 foi recebido o montante de R\$ 123.950. Os valores ainda devidos não estão sujeitos a atualização monetária ou incidência de juros. (c) A Companhia possui valores a receber decorrentes de reduções de capital deliberadas pela investida GDPAR SP. Em outubro de 2024, foi aprovada a redução de capital no montante total de R\$ 33.245, dos quais R\$ 49.625 foram recebidos até o encerramento daquele exercício, sendo R\$ 44.975 por meio de transferência de caixa e R\$ 4.650 mediante transferência de ativos, resultando em saldo a receber de R\$ 43.820. No exercício de 2025, foram deliberadas reduções adicionais de capital da investida GDPAR SP nos montantes de R\$ 38.952, em 1º de julho, R\$ 17.000, em 11 de julho, R\$ 6.724, em 4 de setembro, totalizando R\$ 62.676. Ainda em 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 86.564 a título de devolução de capital pela investida GDPAR SP. As referidas movimentações refletem a estratégia de desinvestimento parcial na investida, permanecendo registrado saldo a receber correspondente às reduções de capital já deliberadas e ainda não liquidadas. (ii) **Saldos passivos (Controladora):**

	2025	2024
Passivo não circulante		
Andromeda Equipamentos Fotovoltaico S.A.	-	1.700
UFV GDPAR SP22 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	19	-
Partes relacionadas - Passivo	19	1.700

(iii) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração total paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 4.134 (R\$ 2.848 em 2024). O Grupo não concede benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da administração. **12 Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Consolidado):**

	2025	2024
Consolidado		
Contas a receber de clientes (a)	4.811	9.407
Ativos de contratos com clientes (b)	40.273	34.076
Total	45.084	43.483

(a) Refere-se a receitas de serviços já prestados, calculados, aprovados e faturados aos clientes, que se encontram em carteira devido aos prazos de pagamentos contratuais. Em 2025 os valores referem-se, principalmente, aos clientes Evoluta, Bolt, Drogaria São Paulo, Iguá, Flora, Raizen, Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Órgão, Magazine Luiza e Claro S.A. (em 2024 Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Órgão, Magazine Luiza e Claro S.A.). (b) Créditos a faturar decorrentes da diferença entre a receita reconhecida pela geração de energia líquida das usinas com a receita compensada a qual é atendida pelas faturas dos clientes. As contas a receber são valores a receber são originados das receitas de locação das usinas fotovoltaicas, sublocações de terras e serviços de operação e manutenção das usinas. As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cujas aprovações, faturamentos e cobranças ocorrerão após a data de encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com recebíveis é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A companhia e controladas não apresentam contas a receber com títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como não apresentam histórico de perdas com recebíveis e dessa forma, nenhuma provisão foi efetuada.

13 Investimentos: (i) Composição do saldo-Controladora:

	% Participação	2025	2024
Investidas			
GDPAR SR PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A.	100	10.235	10.826
GDPAR SP PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A.	100	78.889	75.943
GDPAR SN PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A. (a)	100	104.535	105.155
UFV GDPAR BA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	-	(224)
UFV GDPAR BA2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	1	5
UFV GDPAR BA3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	1	2
UFV GDPAR BA4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	29	17
UFV GDPAR BA5 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	11	11
UFV GDPAR BA6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	53	53
UFV GDPAR BA7 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	10	9
UFV GDPAR BA8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	26	26
UFV GDPAR BA9 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	778	777
UFV GDPAR CE1 FOTOVOLTAICOS LTDA	100	185	184
UFV GDPAR CE2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	295	295
UFV GDPAR CE3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	40	40
UFV GDPAR CE4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	393	(22)
UFV GDPAR CE5 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE7 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE9 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE10 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE11 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE12 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE13 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE14 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE15 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE16 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE17 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE18 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE19 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE20 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE21 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE22 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE23 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE24 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE25 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE26 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE27 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE28 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE29 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE30 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE31 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE32 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE33 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE34 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE35 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE36 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE37 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE38 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE39 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE40 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE41 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE42 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE43 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE44 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE45 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE46 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE47 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE48 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE49 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE50 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE51 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE52 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE53 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE54 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE55 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE56 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE57 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE58 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE59 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE60 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE61 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE62 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE63 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE64 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE65 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE66 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE67 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE68 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE69 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE70 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE71 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE72 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE73 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE74 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE75 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE76 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE77 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE78 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE79 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE80 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE81 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE82 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE83 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE84 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE85 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE86 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE87 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE88 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE89 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE90 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE91 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE92 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE93 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE94 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE95 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE96 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE97 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE98 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE99 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)
UFV GDPAR CE100 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	247	(10)

(a) Os saldos são de SPE's que foram extintas em 2024 e os saldos foram contabilizados diretamente na Companhia.

(b) Consolidado: (i) Composição da conta:

	2025	2024
Outros ativos (a)		
Computadores e periféricos	-	-
Imobilizado em andamento	-	-
Total do Imobilizado	-	-
Total de outros ativos e imobilizado	-	-
(a) Composto na sua maioria por módulos fotovoltaicos, adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos fotovoltaicos e serviços técnicos que serão alocados em SPEs específicas a serem definidas pela administração. Os respectivos ativos são transferidos para a rubrica de ativo imobilizado quando forem alocados nas SPEs através de aporte de capital.		
(ii) Movimentação 2025:		
Outros ativos	31.246	1.026
Computadores e periféricos	634	69
Imobilizado em andamento	1.323	-
Depreciação	(231)	(116)
Total	32.972	979
(iii) Movimentação 2024:		
Outros ativos	22.908	5.696
Computadores e periféricos	430	151
Benefitória em imóveis de terceiros	-	4
Imobilizado em andamento	1.319	-
Depreciação	(129)	(102)
Total	24.428	5.749

Os saldos são de SPE's que foram extintas em 2024 e os saldos foram contabilizados diretamente na Companhia.

(b) Consolidado: (i) Composição da conta:

	2025	2024
Outros ativos (a)		
Computadores e periféricos	-	-
Outras máquinas e equipamentos	-	-
Móveis e utensílios	-	-
Instalações	-	-
Obra de conexão de rede	-	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	-	-
Total de ativo em uso	11.438	15.637
Imobilizado em andamento (c)	-	-
Adiantamento para inversões fixas (a)	-	-
Total de outros ativos	208.982	159.403
Imobilizado para arrendamento operacional:		
Usinas fotovoltaicas (b)	4	25
Total de ativos para arrendamento operacional	737.408	913.837
Ativo de desmobilização	-	-
Ativo de desmobilização (d)	4	25
Total Geral do Ativo Imobilizado	963.202	1.097.903
(a) São adiantamentos a fornecedores (Epicistas) responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das usinas fotovoltaicas. (b) Ativos subjacentes objetos de arrendamentos operacionais. (c) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2026. Incluso nessa rubrica o total de R\$ 2.906 de capitalização de juros dos projetos em fase de implantação. (d) Em 2023 e 2024 a Companhia registrou custo estimado de desmobilização e será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 20. (e) A Companhia avalia, anualmente, pelo método do fluxo de caixa descontado, se há indicadores de que o valor contábil de seus ativos imobilizados possa não ser recuperável. Em decorrência dos prejuízos operacionais observados no exercício de 2025 e anteriores, a Administração realizou o teste de recuperabilidade (impairment) de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e concluiu que valor recuperável estimado foi superior ao valor contábil líquido na data base de 31 de dezembro de 2025. Portanto, a Administração concluiu que não há necessidade de reconhecimento de provisão para perdas por desvalorização nestas demonstrações financeiras.		

(ii) Movimentação 2025

	2025	2024
Custo		
Computadores e periféricos	20	659
Outras máquinas e equipamentos	20	11.259
Móveis e utensílios	10	22
Instalações	-	136
Benefitórias em imóveis de terceiros	-	115
Imobilizado em andamento (a)	-	146.988
Obras de rede	3,33	2.654
Adiantamento para inversões fixas	-	62.202
Total de imobilizado e outros ativos	224.037	52.769
Ativos objetos de arrendamentos:		
Usinas fotovoltaicas	4	819.444
Total de ativos para arrendamento operacional	819.444	3.930
Ativo de desmobilização	-	-
Ativo de desmobilização	3,5	6.084
Depreciação	-	685
Computadores e periféricos	20	(236)
Usinas fotovoltaicas	4	(82.244)
Móveis e utensílios	10	(2)
Instalações	-	(111)
Benefitórias em imóveis de terceiros	-	(111)
Outras máquinas e equipamentos	20	(2.795)
Desmobilização	3,5	(710)
Obras de rede	3,33	(154)
Total Depreciação	(86.363)	(35.783)
Total do ativo imobilizado	963.202	21.801
(i) Inclui a capitalização de gastos dos projetos em fase pré-operacional no total de R\$ 911, sendo R\$ 543 de depreciação de direito de uso e R\$ 368 de juros sobre financiamentos. (ii) Baixa por alienação do projeto de Adolfo alocado na SPE Guaraci Energia Ltda. (c) Reembolso de seguro no montante de R\$ 4.415 referente aos projetos de Alexandria (Goverde Ceara, Gópar gy Ba1, Parque Solar São Francisco e Goverde Pernambuco), R\$ 1.615 referente a reembolso de seguro operacional de danos materiais, R\$ 3.653 referente a reembolso de custos de conexão de rede de distribuição, Compensação de adiantamentos do Fornecedor Solargrid no montante de R\$ 14.408.		

Movimentação 2024

	2025	2024
Custo		
Computadores e periféricos	20	458
Outras máquinas e equipamentos	20	11.163
Móveis e utensílios	10	5
Instalações	-	136
Benefitórias em imóveis de terceiros	-	111
Imobilizado em andamento	-	305.731
Obras de rede	3,33	726
Adiantamento para inversões fixas	-	76.989
Total de imobilizado e outros ativos	395.319	102.497
Ativos objetos de arrendamentos:		
Usinas fotovoltaicas	4	570.737
Total de ativos para arrendamento operacional	570.737	260
Ativo de desmobilização	-	-

... continuação

GD Geração Distribuída Participações S.A.									
Tipo	2024								
	Contratação	Outras mov.	Custos de transação	Juros (I)	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final	Consolidado 2025
Notas Promissórias	187.448	185.060	-	(467)	25.477	118	(17.234)	(196.191)	184.210
Debêntures	337.850	795.000	-	(3.816)	51.122	395	(36.727)	(746.770)	397.054
Financiamentos	133.415	42.147	-	(2.841)	12.631	344	(12.931)	(13.465)	159.300
Notas comerciais públicas	62.815	-	-	(31)	3.760	1.246	(7.790)	(60.000)	-
Total	721.528	1.022.207	-	(7.156)	92.990	2.103	(74.682)	(1.016.426)	740.564
Circulante	419.469	-	-	-	-	-	-	-	52.344
Não Circulante	302.059	-	-	-	-	-	-	-	688.220

a) Movimentação de 2025: (i) Parte dos juros incorridos e amortização de custos de captação foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais no valor de R\$368.

Tipo	2024								
	Contratação	Outras mov.	Custos de transação	Juros (I)	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final	Consolidado 2025
Notas comerciais públicas	62.815	-	-	(31)	3.760	1.246	(7.790)	(60.000)	-
Total	62.815	-	-	(31)	3.760	1.246	(7.790)	(60.000)	-
Circulante	62.815	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-

b) Movimentação de 2024

Tipo	2023								
	Contratação	Entrada de empresa	Custos de transação	Juros	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final	Consolidado 2024
Notas Promissórias	173.521	190.000	-	(1.848)	24.720	365	(8.748)	(190.562)	187.448
Debêntures	338.691	-	-	(293)	41.694	2.516	(43.387)	(1.371)	337.850
Financiamentos	38.499	107.689	-	(3.220)	7.486	-	(5.716)	(11.323)	133.415
Notas comerciais públicas	63.486	-	-	(366)	8.328	-	(8.633)	-	62.815
Total	614.197	297.689	-	(5.727)	82.228	2.881	(66.484)	(203.256)	721.528
Circulante	194.193	-	-	-	-	-	-	-	419.469
Não Circulante	420.004	-	-	-	-	-	-	-	302.059

Tipo	2023								
	Contratação	Entrada de empresa	Custos de transação	Juros	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final	Consolidado 2024
Notas comerciais públicas	63.486	-	-	(366)	8.328	-	(8.633)	-	62.815
Total	63.486	-	-	(366)	8.328	-	(8.633)	-	62.815
Circulante	4.335	-	-	-	-	-	-	-	62.815
Não Circulante	59.151	-	-	-	-	-	-	-	-

ii) Vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Período	Consolidado		Venda de intangível - Projeto GD	Controladora		Consolidado	
	2025	2024		2025	2024	2025	2024
2025	-	419.469	-	-	843	-	843
2026	53.779	16.755	Perda na alienação de investimentos	-	-	(190)	-
2027	48.086	17.963	Outras despesas	-	-	(186)	(2)
2028	50.864	19.088	Total	-	-	(186)	843
2029 e após	587.835	248.253	24 Resultado financeiro:	-	-	-	-
Total	740.564	721.528		-	-	-	-

19 **Provisão para desmobilização:** Para as controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para desmobilização totaliza R\$ 11.517 (R\$ 7.752 em 2024). **20 Patrimônio líquido:** (i) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 487.600, representado por 487.599.644 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

	Ações ordinárias	%	R\$
31 de dezembro de 2025 e 2024			
Acionista			
FRANKLIN SERVTEC ENERGIA-FIP-M	487.599.644	100	487.600
Total	487.599.644	100	487.600

(ii) **Reservas de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, em 2025 e 2024 a Companhia apurou prejuízo, motivo pelo qual não houve constituição de reserva legal no exercício de 2025 e 2024. **Destinação de lucros:** Conforme o estatuto social da Companhia, todo o lucro remanescente após a constituição da reserva será revertido ao caixa da Companhia e direcionados para reinvestimento nos negócios da Companhia. Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

21 Receita operacional líquida:

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	160.743	144.049
Receita de serviço prestados (não faturado)	8.464	2.126
Subtotal Receita operacional bruta	169.207	146.175
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(16.311)	(10.418)
Receita operacional líquida	152.896	135.757

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	2025	2024
Receita de Serviços Prestados		
Receita de locações	142.566	126.506
Receita de operação e manutenção	26.641	19.669
Total receita serviços prestados	169.207	146.175

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 1.059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Raizen, Claro, Raia Drogasil, Órgão e Magazine Live, entre outros, empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro.

22 Custos de vendas

	2025	2024
Depreciação das usinas	(33.304)	(25.380)
Depreciação e amortização	(3.234)	(3.722)
Depreciação de direito uso	(1.454)	(1.125)
Seguros	(3.152)	(2.653)
Compartilhamento de custos (Salários e encargos e outros custos) (a)	(10.784)	(12.162)
Serviços de terceiros (Manutenção, segurança, consultoria e outros)	(7.766)	(8.121)
Crédito de PIS e COFINS	1.415	3.429
Outros custos	(2.250)	(1.926)
Total	(60.529)	(51.760)

a) Refere-se a custos que são incorridos e pagos por outras empresas do grupo e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

23 Despesas gerais e administrativas e outras receitas operacionais: a. Despesas gerais e administrativas:

	2025	2024
Despesas com pessoal	(8.120)	(7.639)
Serviços tomados (advocacia, contábil, TI e outros)	(3.217)	(2.317)
Seguros	-	(13)
Tributárias	(126)	(88)
Outras despesas gerais e administrativas	(7.001)	(5.094)
Ressarcimento de despesas de serviços e gerais a)	14.064	10.739
Total	(4.400)	(4.472)

a) Refere-se a custos incorridos e pagas pela Companhia e posteriormente rateadas para as controladas mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes. **b. Outras receitas operacionais:**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GD Geração Distribuída Participações S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GD Geração Distribuída Participações S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da GD Geração Distribuída Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo: **Em 31 de dezembro de 2025**

	Valor contábil	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	55.604	-	55.604
Aplicações financeiras restritas	7.477	-	7.477
Depósitos vinculados	19.983	-	19.983
Contas a receber	45.084	-	45.084
Outras contas a receber	2.589	-	2.589
Fornecedores	(14.086)	-	(14.086)
Empréstimos e financiamentos	(740.564)	-	(740.564)
Arrendamentos a pagar	(66.781)	-	(66.781)

	Valor contábil	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	69.998	-	69.998
Aplicações financeiras restritas	6.254	-	6.254
Depósitos vinculados	21.644	-	21.644
Contas a receber	43.483	-	43.483
Outras contas a receber	1.305	-	1.305
Fornecedores	(16.664)	-	(16.664)
Empréstimos e financiamentos	(721.528)	-	(721.528)
Arrendamentos a pagar	(61.910)	-	(61.910)

Valor justo (Nível 2)-Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. **Gestão dos riscos financeiros:** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito; - Risco de liquidez; e - Risco de mercado. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A administração faz uso de instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros. (ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado. A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias. Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de "Caixa e equivalentes de caixa" é de R\$ 17.084 (R\$ 69.998 em 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de Contas a receber é de R\$ 45.084 (R\$ 43.483 em 2024) e não apresentam valores em atraso. (iii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inevitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores incluem pagamentos de juros contratuais e executivos o impacto dos acordos de concessão:

	Valor contábil	1 ano ou Menos	Entre 1e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores (Nota 17)	14.086	14.086	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	740.564	52.344	67.881	620.339
Arrendamentos por direito de uso (nota 16)	66.781	11.712	11.712	43.357
Total	821.431	78.142	79.593	663.896

	Valor contábil	1 ano ou Menos	Entre 1e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores (Nota 17)	16.664	16.664	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	721.528	419.469	34.718	267.341
Arrendamentos por direito de uso (nota 16)	61.910	7.321	7.321	47.268
Total	800.102	443.544	42.039	314.609

(iv) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Empresa e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantir às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Operações com instrumentos derivativos:** O Grupo não operou em 2025 e 2024 com instrumentos derivativos. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em títulos de taxa prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI. **Sensibilidade a taxas de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos impostos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa Saldo em 31/12/2025	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo					
Aplicações financeiras	13,46%	12,11%	10,10%	14,81%	16,83%
Exposição líquida do balanço patrimonial	56.790	63.667	62.528	65.201	66.348
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13,46%	12,11%	10,10%	14,81%	16,83%
Arrendamentos	4,27%	3,83%	3,20%	4,69%	5,33%
Exposição líquida do balanço patrimonial	807.345	899.585	884.279	920.155	935.541
Ativo					
Aplicações financeiras	10,88%	9,79%	8,16%	11,97%	13,60%
Exposição líquida do balanço patrimonial	96.370	106.446	104.663	107.905	109.476
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10,88%	9,79%	8,16%	11,97%	13,60%
Arrendamentos	4,83%	4,35%	3,62%	5,31%	6,04%
Exposição líquida do balanço patrimonial	783.438	856.769	844.556	873.092	885.305

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%. As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

	2025	2024
Alíquota nominal	6,691	6,409
IRPJ-15%	(1,125)	(1,125)
Adicional IRPJ-10%	(0,900)	(0,900)
CSLL-9%	(0,810)	(0,810)
Total de IRPJ e CSLL - Lucro presumido	(3,840)	(3,840)
IRPJ e CSLL a pagar	1,775	7,829
Total créditos fiscais brutos (=) Tributos diferidos	3,165	2,989
Reversão IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas (i)	-	(1,191)



Você tem perfil para investir em uma franquia do setor de alimentação?

Depois de alguns anos atuando profissionalmente no universo do franchising no Brasil, aprendi que o sucesso de uma unidade franqueada raramente depende de localização ou investimento inicial

Glauca Fernandes (*)

Ele nasce, sobretudo, do alinhamento entre o perfil do investidor e as exigências reais do negócio. É justamente a respeito deste ponto que muitos candidatos a franqueados precisam refletir com profundidade.

O franchising brasileiro vive um ciclo consistente de crescimento. Dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF) mostram que o setor mantém expansão contínua em faturamento e número de operações, com destaque recorrente para o segmento de alimentação. Trata-se de um dos pilares do sistema de franquias no país, impulsionado pelo hábito consolidado do brasileiro de consumir fora do lar e pelo avanço dos canais digitais, como delivery e aplicativos próprios. No entanto, o crescimento do mercado não elimina o fato de que resultados individuais dependem de competência, disciplina e preparo.

Por isso, uma das primeiras perguntas que faço a um potencial franqueado não é quanto ele tem para investir, mas por qual motivo deseja investir. Empreender em alimentação exige envolvimento genuíno com o negócio. Diferentemente de outros setores, aqui o produto é sensorial, a experiência é imediata e o cliente percebe rapidamente qualquer falha. Quem entra apenas movido por expectativa de retorno financeiro tende a se frustrar diante da intensidade operacional diária. Já aqueles que demonstram motivação empreendedora clara — seja pela afinidade com hospitalidade, desejo de liderar



padrão elevado de entrega. Além disso, o franqueado precisa estar presente na operação, acompanhar o dia a dia, entender pormenores, oferecer suporte à equipe e, principalmente, acreditar que o negócio é próspero e feito por pessoas.

testar ideias pessoais a todo momento. O modelo já foi validado. Há manuais, diretrizes de marketing, fornecedores homologados e padrões operacionais definidos para preservar a identidade da marca. O perfil adequado é aquele que consegue equilibrar disciplina para seguir o sistema com iniciativa para executar com excelência.

Também é preciso maturidade financeira. Muitos investidores subestimam o capital de giro necessário nos primeiros meses de operação. Embora a marca ofereça suporte e histórico de desempenho, cada praça tem seu tempo de maturação. Ter reserva para atravessar o período inicial com tranquilidade é um fator que reduz decisões precipitadas e aumenta as chances de consolidação da unidade.

Há ainda um ponto frequentemente negligenciado: compatibilidade com o estilo de vida do setor. Alimentação envolve horários estendidos, finais de semana, feriados e grande intensidade operacional. Mesmo que o franqueado conte com gerentes, é essencial ter proximidade com a rotina da loja, especialmente nos primeiros anos. Quem não se identifica com esse ritmo pode ter dificuldade em manter

Outro aspecto decisivo é a habilidade de gestão. Uma franquia não elimina a necessidade de administrar; ela oferece método, marca consolidada e processos testados. O franqueado continua sendo o gestor da operação. Isso implica controlar custos com rigor, compreender margens, acompanhar indicadores de desempenho e, sobretudo, lidar com pessoas. No setor de alimentação, a rotatividade de funcionários pode ser um desafio constante. Um franqueado de sucesso entende que clima organizacional, treinamento contínuo e exemplo de liderança impactam diretamente a qualidade da experiência e, conseqüentemente, o faturamento.

Pesquisas conduzidas pelo Sebrae reforçam que negócios bem-sucedidos no Brasil têm maior probabilidade de prosperar quando o empreendedor domina minimamente conceitos de gestão financeira e planejamento estratégico. No franchising, isso ganha um componente adicional: a capacidade de seguir padrões. É fundamental compreender que a franquia não é um laboratório para

gradadas como polos vibrantes de cultura e turismo. Ao prever conteúdos majoritariamente voltados ao interesse público e à valorização cultural, o Boulevard São João sinaliza que é possível, sim, inovar sem abrir mão da identidade.

Da mesma forma, o debate sobre a retirada da cobertura da Praça do Patriarca criada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o famoso “chapelão”, revela uma reflexão necessária sobre o uso dos espaços públicos. A praça, um dos marcos históricos do Centro, foi concebida como espaço de circulação, convivência e fruição urbana. No entanto, a intervenção, ainda que bem-intencionada, hoje, gera efeitos colaterais indesejados, como a descaracterização do uso original e a redução da vitalidade do espaço.

É preciso ter coragem para visitar decisões e readequar o desenho urbano à realidade contemporânea. Espaços excessivamente “protegidos”, mas esvaziados de vida, tornam-se vulneráveis. Um centro impecável, porém, sem pessoas, sem atividade e sem diversidade de usos, abre margem para dinâmicas de ocupação que reforçam a sensação de insegurança e afastam exatamente aqueles que deveriam estar ali: cidadãos, visitantes e empreendedores.

A experiência urbana nos ensina uma lição que lugares vivos são lugares seguros. E lugares seguros são aqueles que conseguem atrair e manter diferentes públicos ao longo do dia... e da noite.

Ambas as iniciativas, cada uma à sua maneira, caminham na direção correta ao estimular a reocupação qualificada do espaço público, a valorização do patrimônio e a ativação econômica do território.

O Centro não pode ser tratado como um cenário congelado no tempo. Ele precisa ser compreendido como um organismo vivo, em constante transformação. Preservar não é impedir mudanças, é garantir que elas aconteçam com inteligência, equilíbrio e respeito à sua essência.

O futuro do Centro de São Paulo depende da nossa capacidade de construir consensos numa região que acolhe moradores, encanta visitantes e viabiliza negócios. Isso não significa ser apenas mais dinâmica, mas, sim, ser mais justa, mais segura e mais sustentável.

Em outras palavras, um centro com alma. E é essa alma que precisamos, juntos, proteger e impulsionar.

(*) Vice-Presidente da Associação Pró-Centro.

Mangels Industrial S.A.

CNPJ nº 61.065.298/0001-02 - Código CVM nº 00839-7 - Companhia Aberta

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores acionistas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”) a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), que ocorrerá no dia 30 de abril de 2026, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, a fim de discutir e votar as seguintes ordens do dia: (i) aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) Remuneração anual e global dos administradores para o exercício em curso. A assembleia exclusivamente digital facilitará a possibilidade de participação de todos os acionistas interessados, sem terem que se deslocar à sede social da Companhia. **Informações Gerais:** Foram publicados no jornal Empresas & Negócios: (i) o relatório anual da administração; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) o relatório dos auditores independentes. **Participação na Assembleia Geral Ordinária:** A participação do acionista na AGO pode ser pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, observados os termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou advogado, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. Os documentos de representação necessários para a participação na Assembleia devem ser enviados para o e-mail ri@cmangels.com.br até 2 (dois) dias antes do horário previsto para a realização da Assembleia, conforme o art. 6º, §3º da Resolução CVM nº 81/2022. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão observar as disposições do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, bem como as demais normas aplicáveis, e apresentar os seguintes documentos: (i) Comprovante da qualidade de acionista da Companhia; (ii) Se pessoa física, cópia do documento de identidade; (iii) Se pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia do estatuto, contrato social ou regulamento, cópia da ata de eleição dos administradores, cópia do contrato de administração ou gestão, conforme aplicável, todos devidamente registrados no órgão competente, e cópia do documento de identidade do administrador que se fará presente na Assembleia; (iv) Se representados por procuradores, além dos documentos mencionados anteriormente, os acionistas deverão apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do procurador. Os documentos provenientes do exterior deverão ser apostilados ou consularizados, acompanhados da respectiva tradução juramentada, registrada em cartório de títulos e documentos. A Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, desde que a assinatura digital seja realizada com certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou por outros meios de assinatura eletrônica certificada que comprovem a autoria e a integridade do documento e dos signatários. Após o recebimento da solicitação de participação na Assembleia, acompanhada dos documentos supramencionados, no prazo e condições indicados, a Companhia enviará, para o endereço de e-mail constante na solicitação, o link de acesso à plataforma eletrônica onde será realizada a Assembleia. O link será pessoal e intransferível, destinado exclusivamente ao acionista ou seus representantes legais ou procuradores, sendo vedado seu compartilhamento. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, através do e-mail ri@cmangels.com.br, em até, no máximo, 3 (três) horas de antecedência do horário de início da Assembleia. Não obstante o disposto acima, a apresentação de comprovante de propriedade das ações será dispensada pela Companhia caso esta possa objetivamente verificar a titularidade das ações com base nos registros de titularidade já detidos, incluindo aqueles que tenham sido transmitidos pelo depositário central (i.e. junto à B3) e pelo escriturador das ações de emissão da Mangels. **Votação a distância:** A participação do acionista na Assembleia pode ser pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, observados os termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976 e o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão observar os prazos e regras estabelecidos ora divulgados, e devem apresentar à Companhia todos os documentos exigidos, em especial, os seguintes: Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, conforme atualizada, os acionistas poderão enviar boletins de voto a distância, conforme modelo disponibilizado no website da Companhia (<http://www.mangels.com.br>), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), diretamente à Companhia ou por meio do escriturador (Itaú Investment Services - www.itaui.com.br/investment-services) ou de seus respectivos custodiantes, nos termos das normas aplicáveis e das regras previstas no Formulário de Referência. Os documentos publicados e os demais previstos na Instrução CVM nº 81/2022, conforme alterada, relativos à ordem do dia e à participação na Assembleia, foram divulgados no sistema eletrônico Empresas.Net e se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu website (www.mangels.com.br) e nos websites da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). São Bernardo do Campo - SP, 31 de março de 2026. **Mark Ross Mangels** - Presidente do Conselho de Administração.

Krahô Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 06.344.124/0001-70 - NIRE 35.300.337.042

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 06.03.2026

Data, Hora, Local: 06.03.2026, 10h, sede social, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 7º andar, Torre A, Vila Gertrudes, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Klausner Henrique Monteiro da Silva - Presidente, Gustavo De Avelar Vaz Rodrigues - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 1º) Tendo em vista o capital encontrado ser excessivo em relação ao objeto social, os acionistas deliberaram sua redução em R\$ 1.244.470,95, com o cancelamento de 815.760 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Dentre as ações que estão sendo canceladas pela redução do capital social, 129.249 referem-se a ações subscritas pelo acionista João Pimenta da Veiga Filho, brasileiro, separado judicialmente, advogado, OAB/MG nº 26.570, CPF nº 002.401.331-53, residente e domiciliado no Distrito Federal, mas não integralizadas até a presente data, sendo o valor não integralizado de R\$ 94.351,75. O capital social passa dos atuais R\$ 15.013.360,73, dividido em 16.315.220 ações, sendo 11.092.832 ações ordinárias e 5.222.388 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 13.768.889,78, dividido em 15.499.460 ações, 11.092.832 ações ordinárias e 4.406.628 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. 2º) A totalidade das 815.760 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal canceladas são de titularidade do acionista João Pimenta da Veiga Filho, já qualificado. 3º) A devolução da participação do acionista João Pimenta da Veiga Filho, em razão da operação de redução de capital aprovada no item anterior, se dá mediante a entrega ao mesmo de: (i) 16.055 ações ordinárias e nominativas da classe A, de emissão da **Buriti Empreendimentos Imobiliários S.A.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 11.356.491/0001-24, NIRE 3530043739-0, avaliadas segundo custo contábil registrado nos livros da Companhia, que é de R\$ 50.503,52; e (ii) Área de terras com 154.526,30 de metros quadrados, em processo de desmembramento da matrícula 32.864 do Cartório de Registro de Imóveis, Título e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Cidade Ocidental - GO. A descrição da área a ser desmembrada faz parte integrante e indissociável da presente Ata, devendo ser levada registro perante a JUCESP. A área ora transferida é avaliada segundo o valor contábil da mesma, que atinge a cifra de R\$ 1.099.615,68. 4º) Em decorrência do cancelamento das ações de titularidade do acionista João Pimenta da Veiga Filho e da restituição dos bens descritos na presente ata, o referido acionista deixa, nesta data, de integrar o quadro acionário da Companhia, declarando as partes que, em relação à quitação, fazem referência ao previsto no Instrumento Particular de Acordo para Retirada de Sócio celebrado em 09.09.2025, arquivado na sede da sociedade. 5º) A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º. O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 13.768.889,78, dividido em 15.499.460 ações, sendo 11.092.832 ações ordinárias e 4.406.628 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. § 2º. As ações preferenciais e a garantia o recebimento prioritário dos dividendos mínimos de determinados pelo artigo 26 deste Estatuto, obedecidas as determinações do artigo 202 da Lei 6.404/78, além de prioridade de reembolso, pelo valor patrimonial, no caso de liquidação da sociedade.” 5º) Fica consignado que a composição societária da Companhia passou a ser a seguinte: Acionista - Quantidade Ord. - % Ord. - Quantidade Pref. - % Pref. - % Total: ALP Cauxi Empreendimentos e Participações Ltda., - 5.546.416 - 50, - 2.203.314 - 50 - 50; Brasil Leblon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, - 5.546.416 - 50, - 2.203.314 - 50, - 50; Total - 11.092.832 - 100, - 4.406.628 - 100, - 100. **Encerramento:** Nada mais. Klausner Henrique Monteiro da Silva, Presidente; e Gustavo de Avelar Vaz Rodrigues, Secretário. **Acionistas Presentes:** ALP Cauxi Empreendimentos e Participações Ltda. - por seus diretores Eduardo Ramos Canônico e Klausner Henrique Monteiro da Silva; Brasil Leblon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, por sua gestora Brasil Gestão Internacional Ltda., e João Pimenta da Veiga Filho.

Construtora Monteiro de Castro S/A

C.N.P.J. 64.132.277/0001-50 - NIRE 35.300.129.326

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 19/03/2026

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 10 horas, na sede social à Rua América Brasileira, nº 1.479, Cj. 124 Bairro Chácara Santo Antônio, São Paulo-SP, reuniram-se na sua totalidade os acionistas da **Construtora Monteiro de Castro S/A**, em AGO. Pelas assinaturas do Livro de Presenças de Acionistas constatou-se o comparecimento da totalidade dos detentores das ações, tornando-se assim regular a assembleia, na forma do Parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei 6.404/76, independente de publicação de editais. Assumiu a presidência o Sr. **Roberto Nardelli Monteiro de Castro**, tendo como secretário o Sr. **Alciones Amaral Filho**, submetida à apreciação e deliberação dos presentes foram aprovadas as seguintes matérias sem restrições, exceto as abstenções legais: a) Apreciação de Balanço Patrimonial a) Apreciação do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2025, publicado no jornal Empresas e Negócios do dia 18/03/2026 de forma digital, e na página nº 05, de forma impressa, ambos em fase de registro na JUCESP, com folhas publicadas sobre a mesa. Esgotadas as matérias, lavrada a ata, lida e assinada por todos os presentes, (aa) **Roberto Nardelli Monteiro de Castro** - Presidente da mesa e **Alciones Amaral Filho** - Secretário da Mesa. Acionistas: (aa) **Roberto Nardelli Monteiro de Castro**, **Alciones Amaral Filho**, e **João Flaviano Caciquinho Magaldi**. A presente é cópia fiel do livro próprio. São Paulo, 19 de março de 2026. **Roberto Nardelli Monteiro de Castro** - Presidente **Alciones Amaral Filho** - Secretário. Acionistas: **Roberto Nardelli Monteiro de Castro**, **Alciones Amaral Filho**, **João Flaviano Caciquinho Magaldi**. JUCESP nº 1.173.213/26-0 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Centro de São Paulo vivo é o Centro para todos

Fábio Redondo (*)

O Centro de São Paulo vive, mais uma vez, um momento decisivo. Entre a preservação e a necessidade de projetar seu futuro, somos chamados a fazer escolhas estratégicas que não podem ser guiadas por visões isoladas ou por interesses fragmentados. A verdadeira personalidade do Centro é sua capacidade de equilibrar vocações, ou seja, ser, simultaneamente, espaço de moradia, de trabalho, de cultura, de lazer e de turismo.

Essa equação exige uma visão integrada. Assim, iniciativas recentes apontam caminhos promissores. O projeto conhecido como “Times Square Paulista”, oficialmente Boulevard São João, propõe a instalação de grandes painéis de LED ao longo da avenida, combinada com ações de zeladoria, restauro e qualificação do espaço público. Trata-se de uma intervenção estruturada, com investimento privado relevante e contrapartidas urbanas claras, incluindo recuperação de patrimônio e melhorias na mobilidade e na experiência do pedestre.

Importante destacar aqui que o projeto não propõe qualquer alteração na legislação vigente: a Lei Cidade Limpa. Pelo contrário, ele se apoia em instrumentos já previstos na própria regulamentação urbanística para promover a requalificação da região.

Então, importante salientar que não se trata de criar exceções ou flexibilizações fora do sistema, mas de aplicar dispositivos legais que já existem como um mecanismo para permitir que determinadas regiões possam receber incentivos ou tratamentos específicos, desde que isso gere contrapartidas positivas.

Além disso, estamos falando de um Termo de Cooperação Temporário de ação específica de interesse coletivo, por um período determinado e com regras claras de execução e contrapartida que cria condições para o financiamento do restauro de bens tombados localizados no circuito do projeto.

Trata-se de uma solução inteligente de financiamento urbano, que ativa recursos sem onerar diretamente o poder público, ao mesmo tempo em que assegura a preservação da memória arquitetônica e cultural da cidade.

Mais do que tecnologia ou estética, o projeto traz um conceito contemporâneo de cidade como espaços que comunicam, que atraem, que convidam à permanência. Não por acaso, iniciativas semelhantes ao redor do mundo consolidaram áreas antes de-

BURITI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 11.356.491/0001-24 - NIRE 3530043739-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2026

Data, Hora, Local: 09.03.2026, 15:00 horas, sede social, na Avenida das Nações Unidas, 14.171, 7º andar, Torre “A”, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Klausner Henrique Monteiro da Silva - Presidente, e Gilberto Rocha De Freitas - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 1º) Tendo em vista o capital encontrado ser excessivo em relação ao objeto social, os acionistas deliberaram sua redução em R\$ 153.739,79, com o cancelamento de 48.875 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 16.055 da classe A e 32.820 da classe B. Assim, o capital social passa dos atuais R\$ 2.772.202,20, dividido em 2.698.151 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 886.314 da classe A e 1.811.837 da classe B, para R\$ 2.623.462,41, dividido em 2.649.276 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 870.259 da classe A e 1.779.017 da classe B. 2º) Aprovar que a totalidade das 48.875 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal canceladas são de titularidade do acionista João Pimenta da Veiga Filho, brasileiro, separado, advogado, OAB/MG 26.570, CPF 002.401.331-53, residente no Distrito Federal. 3º) A devolução da participação do acionista João Pimenta da Veiga Filho, em razão da operação de redução de capital aprovada no item anterior, se dá mediante a entrega ao mesmo de áreas com 56.291,03 de metros quadrados, em processo de desmembramento da matrícula 1.172 do Cartório de Registro de Imóveis, Título e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Cidade Ocidental - GO. A descrição da área a ser desmembrada faz parte integrante e indissociável da presente Ata, devendo ser levada registro perante a JUCESP. A área ora transferida é avaliada segundo o valor contábil da mesma, que atinge a cifra de R\$ 153.739,79. 4º) Em decorrência do cancelamento das ações de titularidade do acionista João Pimenta da Veiga Filho e da restituição dos bens descritos na presente ata, o referido acionista deixa, nesta data, de integrar o quadro acionário da Companhia, declarando as partes que, em relação à quitação, fazem referência ao previsto no Instrumento Particular de Acordo para Retirada de Sócio celebrado em 09.09.2025, arquivado na sede da sociedade. 5º) A alteração do artigo 5º do Estatuto Social: “Art. 5º. O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.623.462,41, dividido em 2.649.276 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 870.259 da classe “A” e 1.779.017 da classe “B”. § 1º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. § 2º. Os detentores de ações ordinárias da classe “B” têm o direito de eleger, em separado, metade dos membros da Diretoria. § 3º. Os detentores de ações ordinárias da classe “A” têm o direito de eleger, em separado, metade dos membros da Diretoria.” **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas: SPE Leblon Incorporadora S.A.**, por seus diretores Klausner Henrique Monteiro da Silva e Gilberto Rocha de Freitas; **Krahô Empreendimentos Imobiliários S.A.**, por seus diretores Klausner Henrique Monteiro da Silva e Gilberto Rocha de Freitas; e **João Pimenta da Veiga Filho**.





Inter Pag Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente Denominada Granito Instituição de Pagamento S.A.)

CNPJ: 22.177.858/0001-69

bancointer.com.br



AVISO: As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., encontram-se disponíveis na versão digital do jornal https://www.jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ publicado nesta mesma data.

A Inter Pag Instituição de Pagamento S.A. ("Inter Pag" ou "Instituição"), apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Inter Pag

A Inter Pag (anteriormente denominada como Granito), fundada em 2015 sob a marca Pago, é uma empresa de tecnologia voltada para autorizar e processar pagamentos, destacando-se pelo uso de tecnologia totalmente própria, desde o software até a operação final das transações. Em 2022, foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar como Instituição de Pagamentos. A Instituição oferece soluções como captura, processamento e liquidação de transações, antecipação de recebíveis, aluguel de máquinas de pagamento, intermediação de crédito e serviços agregados.

Em 28 de maio de 2024, o Banco Inter S.A. anunciou a celebração dos contratos para aquisição da totalidade do capital social da Inter Pag, por meio da compra dos 50% anteriormente detidos pelo Banco BMG. A aprovação da operação pelo BACEN ocorreu em 24 de julho de 2024, momento em que o Banco Inter passou a deter o controle integral da companhia. A integração da Inter Pag ao Inter fortalece ainda mais a oferta de soluções de pagamento, além de aumentar a presença da marca Inter nos pontos de venda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterado pela Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, a Inter Pag adota políticas e práticas voltadas à promoção da equidade, da diversidade e da igualdade de oportunidades no ambiente corporativo.

A Inter Pag possui políticas internas e diretrizes de gestão de pessoas que asseguram critérios objetivos, transparentes e não discriminatórios para contratação, desenvolvimento, remuneração e ocupação de cargos, inclusive de administração, observando as melhores práticas de governança corporativa e a legislação aplicável.

Destaque Operacionais

Estabelecimentos

Em 31 de dezembro de 2025, atingimos a marca de 80 mil clientes ativos, reflexo da continuidade de nossa estratégia comercial focada na qualidade da carteira e na eficiência operacional.

Nossa abordagem permanece centrada na otimização da composição da base de clientes e no aprimoramento contínuo dos processos operacionais, contribuindo para a manutenção de um modelo de negócio sustentável e eficiente.

Volume de Transações

Apresentamos um volume total acumulado processado em cartões durante o exercício de 2025 no montante de R\$ 16,5 bilhões de reais e 239 milhões de transações. Refletindo nossa estratégia de precificação e direcionamento para clientes de maior rentabilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	5	15.747	Contas a pagar a estabelecimentos	12	829.895
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.853.391	Obrigações fiscais correntes	13	9.163
Títulos e valores mobiliários	6	1.853.392	Provisões	12	4.752
Contas a receber de emissores líquidas de provisão para perdas esperadas	7	766.814	Outros passivos	14	23.216
Ativos fiscais correntes		9.715	Patrimônio líquido	15	2.118.973
Ativos fiscais diferidos	8	72.818	Capital social		1.413.243
Imobilizado	10	152.145	Reservas de capital		705.730
Intangível	11	91.942			
Outros ativos	9	23.436			
Total do ativo		2.985.998	Total do passivo e patrimônio líquido		2.985.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	913.243	300.000	(176.910)	1.036.333
Lucro líquido do período	—	—	82.575	82.575
Compensação de prejuízos acumulados	—	(94.335)	94.335	—
Aumento de capital	500.000	500.000	—	1.000.000
Pagamento baseado em ações	—	66	—	66
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.413.243	705.731	(122.926)	2.118.973
Lucro líquido do período	—	—	28.589	28.589
Compensação de prejuízos acumulados	—	(94.336)	94.336	—
Pagamento baseado em ações	—	30	—	30
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.413.243	705.731	(122.926)	2.118.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

a. Contexto operacional: A Inter Pag Instituição de Pagamento S.A., anteriormente denominada Granito Instituição de Pagamento S.A. ("Inter Pag" ou "Instituição"), iniciou suas atividades em 02 de abril de 2015 e está localizada na Avenida Copacabana, nº 190, térreo sala 01, bairro Empresarial Dezeto do Forte/Alphaville, na cidade de Barueri - SP. É instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil desde 15 de março de 2022. Se tornou uma subsidiária integral do Banco Inter S.A. em 24 de julho de 2024. Tem como objeto social: I. A prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartão de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações financeiras; II. O aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes do uso de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; III. A prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções de meios eletrônicos para pagamentos; IV. A administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante cartões, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; V. A prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; e VI. A locação de máquinas e equipamentos eletrônicos relacionadas às atividades constantes das alineas anteriores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Inter Pag foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Conforme previsto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023, a Instituição utilizou a prerrogativa de não apresentar os saldos comparativos de períodos anteriores decorrentes das modificações na classificação de instrumentos financeiros. Os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Em decorrência de ajustes de arredondamento, alguns totais podem não corresponder exatamente à soma aritmética dos valores que os compõem. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente.

Adicionalmente, abaixo estão algumas normas divulgadas pelo Banco Central que abarcam demais temas utilizados na elaboração das demonstrações financeiras: **a. Administração autoriza a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025, em 31 de março de 2026. b. Adoção de Novas Resoluções e Impactos Contábeis: Resolução BCB nº 352/2023:** Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/2023, que alterou significativamente os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros no âmbito do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF). Essa resolução define procedimentos contábeis relacionados à determinação de fluxos de caixa de ativos financeiros, limitando-os a pagamentos de principal e juros. Ela também aborda a metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, e a divulgação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas, a serem observadas por instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Inter Pag evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente. **Resolução BCB nº 178/2022:** A Resolução BCB nº 178/2022 define as normas contábeis requeridas às instituições de pagamento ao atuarem como arrendatárias em operações de arrendamento. Esta resolução é parte dos esforços do Banco Central para alinhar suas práticas contábeis aos padrões internacionais. Adoção fito prospectiva, sem efeitos materiais para Inter Pag, a partir de 1º de janeiro de 2025.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Inter Pag e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. **3.1. Julgamentos:** Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas: **• Classificação dos ativos financeiros (consulte notas 6):** Se tais ativos atendem aos critérios de pagamento apenas de principal e juros (teste de SPPJ) e sua respectiva classificação (custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ou valor justo por meio do resultado). **• Estimativas e premissas:** As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos de exercícios futuros, podendo os resultados reais serem diferentes daqueles apurados com base em tais estimativas. Os principais itens suscetíveis a impactos de estimativas estão divulgados abaixo: **• Vida útil de ativos:** A Inter Pag revisa anualmente a vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis considerando desgaste, obsolescência e manuseio; **• Provisões legais:** Reconhecimento e mensuração de provisões, incluindo a provisão para processos judiciais. As principais premissas consideradas referem-se à probabilidade e à magnitude das saídas de recursos; **• Perda por redução ao valor recuperável:** A Inter Pag avalia anualmente o valor contábil dos ativos, constituindo provisão para desvalorização quando o valor contábil excede o valor recuperável; e **• Realização de tributos fiscais diferidos:** A realização desses tributos depende da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme estudos técnicos atualizados.

4. Principais políticas contábeis

a. Moeda funcional: Essas demonstrações estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração do resultado:** O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. **c. Reconhecimento da receita operacional:** As receitas operacionais da Inter Pag são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, seguindo o regime de competência, e apresentadas líquidas de cancelamentos, descontos e impostos diretamente incidentes. As principais categorias de receita apresentadas na demonstração do resultado são: **• Receita líquida de prestação de serviços:** Refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito, reconhecida líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e bandeiras na data do processamento; **• Receita líquida de aluguel de equipamentos:** Correspondente às rendas recebidas pelo aluguel dos equipamentos de captura de transações, contabilizada de forma linear no mês de competência; e **• Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento:** Refere-se às receitas obtidas por meio da antecipação de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original da obrigação e o montante efetivamente antecipado. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **e. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Instituição estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023. A Instituição reconhece um instrumento financeiro sempre que um contrato dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação dos instrumentos financeiros da Instituição, que determina a forma de reconhecimento e mensuração, é feita analisando-se o modelo de negócio em que a Administração gerencia o instrumento. **1. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** As categorias de classificação dos ativos financeiros gerenciados pela Instituição que, anteriormente, eram mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda e Mantidos para Negociação deixaram de existir, sendo introduzidas as seguintes três categorias: **• Custo amortizado:** Refere-se a títulos mantidos para receber fluxos de caixa contratuais, limitados a pagamentos de principal e juros; **• Valor justo em outros resultados abrangentes:** Inclui títulos modelo de negócio visa gerar retorno por meio de fluxos de caixa contratuais e pela venda do ativo, com pagamento de principal e juros em datas especificadas; e **• Valor justo no resultado:** Esta categoria abrange títulos que não se enquadram nas outras classificações e aqueles adquiridos para negociação ativa. Ganhos e perdas de variações no valor de mercado são reconhecidos na demonstração de resultados. **II. Taxas de Juros Efetiva da Operação ("TJEO"):** De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que

equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. **III. Valor justo:** Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições normais de mercado, na data da avaliação. Os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo, se baseiam na hierarquia de valor justo, descrita a seguir: **• Nivel 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; o preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível. **• Nivel 2:** Preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos e não ativos e informações observáveis que sejam derivadas de dados de mercado por meio de uma relação; e **• Nivel 3:** Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. **IV. Provisão para Perdas Esperadas:** A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitual e os critérios aplicáveis a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Aplicando a mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, como garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar, assim como constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Inter Pag constitui as perdas esperadas no reconhecimento inicial, considerando o valor contábil bruto, incluindo apropriação de juros e encargos (accrual), e classificando os instrumentos financeiros, em grupos homogêneos de risco, conforme a política de crédito da instituição, até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito. O reconhecimento da perda esperada é realizado com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período. **Alocação em Estágios:** Os instrumentos financeiros são alocados em um dos três estágios em seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes. **• Estágio 1:** Ativos e passivos não sujeitos a recuperação judicial, extrajudicial e falência decretada obtendo índices positivos a risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se baixo o risco de crédito nas operações com atrasos de até 30 dias no pagamento de principal e juros. Para esses instrumentos financeiros o cálculo da provisão representa a perda esperada nos próximos 12 meses; **• Estágio 2:** Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixaram de ser caracterizado com problemas de recuperação de crédito. Para fins de critérios absolutos considera-se a faixa de atraso (entre 31 e 90 dias), assim como a comparação com a alocação inicial e os dados da inadimplência de outros produtos; neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo; e **• Estágio 3:** Os instrumentos financeiros classificados neste estágio possuem problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos) em descumprimento quanto estético (avaliado em função dos dias de atraso acima de 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por fatos relevantes que afetam a recuperação judicial, extrajudicial e falência decretada obtendo índices positivos a risco de crédito que a contraparte não honrará integralmente as obrigações nas condições originalmente contratadas. Neste estágio os instrumentos financeiros possuem o reconhecimento de receita suspenso (stop-accrual) sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. A revisão dos estágios dos instrumentos financeiros, assim como as provisões para perdas são revistas mensalmente. Um instrumento financeiro pode migrar entre estágios conforme seu risco de crédito aumenta ou diminui. Instrumentos financeiros no segundo e terceiro estágios podem retornar ao primeiro estágio, observando fatos novos relevantes e comprovados que indiquem a redução do risco de crédito para nível semelhante ao reconhecimento inicial. A Resolução BCB nº 352/2023 define que os instrumentos financeiros devem ser segregados nas carteiras C1 a C5. A classificação é determinada de acordo com a solidez da garantia ou colateral empenhada na concessão de crédito. Para as operações em terceiro estágio, existe ainda o componente de provisão para perdas incorridas, calculada conforme os percentuais determinados na Resolução BCB nº 352/2023. **VI. Definição de Ativo Problemático e "Stop Accrual":** De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, um ativo é classificado com dificuldades significativas na recuperação de recuperação de crédito (ativo problemático) nas seguintes situações: (i) Quando há atraso superior a 90 dias no pagamento do principal, juros ou encargos; (ii) Quando houver indicação de que a obrigação não será integralmente cumprida nas condições vigentes, exigindo, se aplicável, a execução das garantias; e (iii) Em casos de recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada e reestruturação das operações. Atendidas essas condições, aplica-se o conceito de stop accrual, ou seja, interrompe-se o reconhecimento de receitas, juros e encargos, conforme disposto no Art. 3º da Resolução BCB nº 352/2023. Quando houver amortização significativa da operação, o quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (accrual) para os instrumentos no terceiro estágio e reversões de provisão. Os critérios de cura são revisados anualmente, ou em prazo inferior, considerando evoluções no portfólio, mudanças regulatórias e a análise de novos dados, garantindo a aderência do processo à melhor percepção de risco. **VII. Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros da Inter Pag são mensurados ao custo amortizado (CA), exceto aos casos mencionados abaixo: **• Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada aos derivativos e aos passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de ativos financeiros; **• Compromissos de Créditos, Créditos a Liberar; e • Garantias Financeiras:** mensurados pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato. **IX. Baixa do Ativo e Passivo Financeiro:** Os ativos financeiros são baixados na data da negociação direta com o devedor, exceto quando ocorre a transferência substancial do risco e benefícios do ativo. Os principais julgamentos exercidos pela Inter Pag na baixa de ativos financeiros envolvem: **• a avaliação do momento em que os direitos contratuais expiraram;** **• a expectativa razoável de recuperação;** e **• a transferência substancial dos riscos e benefícios, com consequente perda do controle sobre o ativo.** Os passivos financeiros são baixados quando extintos, isto é, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada, vencida ou expirada. **f. Contas a receber com emissores:** Os valores apresentados referem-se às transações realizadas por titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras. Os saldos registrados representam contas a receber dos bancos emissores e adquirentes, líquidas das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano. Nesse mesmo grupo estão incluídas as operações decorrentes de cessão de recebíveis, originadas quando a Instituição transfere a cobrança de recebíveis para o terceiro estágio, exceto quando há transferência substancial do risco e benefícios do ativo. **g. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas estão sendo apresentadas no grupo "Outros Ativos" e correspondem a pagamentos efetuados pela Instituição referentes a serviços ou produtos cujo uso ou benefício será usufruído em períodos futuros. Esses valores são registrados como ativos e amortizados sistematicamente ao longo do tempo, conforme os direitos e benefícios são efetivamente consumidos pela Inter Pag. **h. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico abrange os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos e pode incluir custos de financiamento associados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incorporados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo distinto, quando apropriado, desde que seja provável que esses custos resultem em benefícios econômicos futuros mensuráveis de forma confiável. Os custos de manutenção durante a vida útil estimada, considerando o custo diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida útil estimada, considerando o custo e valores residuais durante a vida útil estimada, conforme detalhado a seguir:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de processamentos de dados	5 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Beneficiários em propriedades de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos

i. Arrendamento: A Inter Pag ao iniciar um contrato, avalia se ele contém um arrendamento, ou seja, se transfere o direito de uso de um ativo identificado por um período determinado mediante pagamento. **Como Arrendatário:** No início ou na alteração desses contratos, a empresa aloca os valores entre componentes de arrendamento e não arrendamento baseando-se em preços individuais, porém para arrendamentos de imóveis, opta por não separar esses componentes, tratando-os como um único. O ativo de arrendamento é amortizado linearmente até o término do contrato, exceto quando há transferência de propriedade ou opção de compra provável, sendo então depreciado pela vida útil do ativo. Já o passivo é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando taxa implícita ou incremental, considerando valores fixos, variáveis indexados, garantias, opções de compra e multas, sendo contabilizado pelo método de juros efetivos. **Remensuração de ativos e passivos de arrendamento:** A remensuração de ativos e passivos de arrendamento ocorre quando há alterações nos pagamentos futuros, como mudanças em índices, taxas, garantias de valor residual ou decisões sobre opções contratuais. Nesses casos, o passivo é ajustado e o ativo de direito de uso é reavaliado, ou o impacto é registrado no resultado se o ativo já estiver totalmente depreciado. **Arrendamento de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo:** A Inter Pag optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos de baixo valor e de curto prazo, como os de equipamentos de informática, contabilizando os respectivos pagamentos como despesa linear ao longo do período do arrendamento. **J. Intangível:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável:

Licenças de software	5 anos
Projetos de software desenvolvimento	10 anos

Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. **k. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem recolhidos, refletindo as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. As alíquotas vigentes são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Destaque Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 83 milhões. **Despesas de Pessoal e Administrativas** As despesas de pessoal incorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 somaram R\$ 52,8 milhões. Já as despesas administrativas no mesmo período totalizaram R\$ 119,3 milhões.

Destaque Patrimoniais

Ativo Total

Os ativos totais somaram R\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$ 2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

A Instituição adota política de destinação do resultado segundo a qual, após os ajustes e deduções previstos em lei, é assegurado aos acionistas o direito ao dividendo obrigatório mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, apurado em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. A Inter Pag poderá apurar resultados em períodos intermediários, não inferiores a 3 (três) meses, para fins de distribuição de dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados no período, lucros acumulados ou reservas de lucros, mediante deliberação da Assembleia Geral. O montante total das distribuições efetuadas em cada semestre observará os limites estabelecidos no Estatuto Social. São Paulo, 31 de março de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre de 2025	Exercício findo em 2025
		31/12/2025	31/12/2025
Resultado		176.488	313.523
Resultado da intermediação financeira		176.488	313.523
Resultado de antecipação de transações de pagamento	16	36.056	72.592
Resultado de títulos e valores mobiliários	6.c	139.432	240.931
Outras receitas e despesas operacionais		(121.928)	(178.338)
Receitas de prestação de serviços	17	7.249	26.694
Despesas de pessoal	18	(21.638)	(52.796)
Despesas administrativas	19	(71.394)	(119.255)
Receitas de aluguel de equipamentos POS	20	20.547	39.104
Despesas tributárias		(4.906)	(9.854)
Outras receitas operacionais		137	137
Outras despesas operacionais	21	(51.893)	(62.413)
Resultado operacional		53.560	135.185
Outras receitas (despesas) não operacionais		27	217
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		53.587	135.402
Imposto de renda e contribuição social	8	(24.998)	(52.827)
Lucro líquido		28.589	82.575
Lucro líquido por ação		0,02	0,05
Lucro por ação básico - R\$		0,02	0,05
Lucro por ação diluído - R\$		0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2025	Exercício findo em 2025
	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido	28.589	82.575
Total do resultado abrangente do período	28.589	82.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

</


ljobaphoto_CANVA

O QUE O ENTUSIASMO NÃO RESOLVE

OS PILARES QUE MANTÊM UMA EMPRESA VIVA APÓS OS CINCO ANOS

Com quase 30% dos negócios encerrando atividades em cinco anos, especialista alerta que o preparo técnico e a estratégia financeira superam o entusiasmo na hora de garantir a sobrevivência no mercado

Quase 30% das empresas brasileiras fecham antes de completar cinco anos, segundo levantamento divulgado pelo IBGE em 2024 com base no Cadastro Central de Empresas. A taxa de sobrevivência dos negócios com até cinco anos foi de 71,9%, o que evidencia a dificuldade estrutural enfrentada por quem inicia uma atividade sem capital de giro, reserva financeira ou planejamento mínimo.

Para a educadora e empreendedora digital Sabrina Nunes, especialista em comércio eletrônico e fundadora da marca de acessórios Francisca Joias, o dado confirma um padrão observado na prática. “Muita gente começa motivada por uma necessidade imediata de renda, mas sem clareza de público, margem e fluxo de caixa. O entusiasmo não substitui método”, afirma.

A fragilidade financeira é ainda mais sensível entre os pequenos. Dados do Sebrae publicados em 2024 mostram que o acesso restrito a crédito e a ausência de gestão estruturada figuram entre os principais fatores associados ao encerramento precoce das atividades. No recorte dos microempreendedores individuais, a informalidade e a falta de planejamento são apontadas como gargalos recorrentes. Para a especialista, o problema não está apenas na falta de dinheiro, mas na ausência de preparo técnico. “Educação prática reduz erro. Quando a pessoa entende precificação, custo fixo e variável e posicionamento, ela evita decisões impulsivas que comprometem o caixa nos primeiros meses”, diz.



Sabrina Nunes

“Muita gente começa motivada por uma necessidade imediata de renda, mas sem clareza de público, margem e fluxo de caixa. O entusiasmo não substitui método”

A transição crítica para o digital e estratégias de mitigação de risco

Em março, período em que projetos iniciados no começo do ano passam da fase de intenção para a execução, o risco de desistência aumenta diante dos primeiros custos e da ausência de retorno imediato. “É quando o empreendedor percebe que vender não é apenas postar produto. Existe estratégia, análise de concorrência e construção de marca”, afirma Sabrina.

No digital, onde a promessa de baixo investimento inicial atrai iniciantes, erros básicos se repetem. A Associação Brasileira de Comércio Eletrônico informou em janeiro de 2026 que o setor deve manter crescimento próximo de dois dígitos no ano, após faturamento superior a R\$200 bilhões em 2025. Apesar da expansão, a competição elevada exige diferenciação e gestão profissional.

Para Sabrina Nunes, reduzir riscos ao empreender sem capital exige organização desde o primeiro dia. Ela aponta três medidas básicas que aumentam a previsibilidade do negócio:

1 Planejamento financeiro simples: Organizar custos fixos e variáveis antes de iniciar as vendas evita decisões precipitadas e ajuda a dimensionar o capital necessário para manter a operação nos primeiros meses.

2 Definição clara de público: Entender para quem se vende permite ajustar comunicação, oferta e precificação, reduzindo desperdício de investimento em divulgação.

3 Acompanhamento de indicadores básicos: Monitorar semanalmente métricas como custo de aquisição de cliente e ticket médio ajuda a identificar rapidamente se a operação é viável ou se precisa de ajustes.

Em março, quando projetos iniciados no começo do ano entram na fase decisiva de execução, a tendência é que empreendedores enfrentem os primeiros desafios de caixa e validação de mercado. Para a especialista, transformar intenção em negócio sustentável depende menos de aporte inicial e mais de preparo técnico. Educação prática e acompanhamento constante são, segundo ela, fatores que aumentam a chance de permanência no mercado e reduzem erros que costumam comprometer empresas ainda nos primeiros meses de atividade.


SejipPav_CANVA